



Ensino Fundamental

6º
ano

História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno



INSTITUTO EDUCACIONAL
VERA CRUZ

Capítulo 1

Introdução ao Estudo de História

A História e o Historiador

A palavra história tem alguns significados. Na infância, por exemplo, os pais costumam contar “histórias” para os seus filhos antes de eles dormirem. Quando gostamos da “história” contada em um livro, torcemos para que a leitura demore a acabar. Mas, quando dizemos “ensino de história”, nos referimos a uma ciência humana que estuda tanto o passado quanto o presente.

É importante estudar os acontecimentos do passado porque isso nos ajuda a compreender como era a vida das pessoas que vieram antes de nós e a perceber quais costumes e práticas do modo de vida delas mudaram e quais ainda permanecem. Conhecendo o passado podemos explicar melhor o presente e planejar com mais clareza o futuro.

O historiador estuda o passado por meio de perguntas e dúvidas que surgem no presente. Suponhamos, por exemplo, que um historiador deseje compreender por que existem mais afrodescendentes no Sudeste e no Nordeste do Brasil do que na Região Sul. Para obter uma resposta, ele terá de investigar o tráfico de africanos escravizados para o Brasil e as atividades econômicas em que eles trabalhavam.

A pergunta que o historiador procurará responder pode estar relacionada a um passado recente ou a um passado bem distante. Ele pode, por exemplo, procurar saber como o futebol chegou ao Brasil, uma história que tem pouco mais de cem anos. Mas, se a intenção é saber como e onde surgiu a democracia, o cristianismo ou a produção de papel, o historiador terá de investigar um passado muito longínquo, de mais de 2 mil anos.

O que são Fontes Históricas?

Como é possível para o historiador investigar um passado que não existe mais? Se você refletir sobre isso, vai concluir que as pessoas, incluindo você, deixam muitas marcas da sua existência no local onde vivem ou por onde passam. Ao longo da vida, elas tiram fotos, escrevem cartas, leem livros, ouvem músicas, fabricam ou compram vários tipos de objetos, pintam telas, constroem edifícios e fazem muitas outras coisas que podem sobreviver por milhares de anos.

Quando são utilizadas pelo historiador em suas pesquisas, essas marcas deixadas pelas pessoas recebem o nome de fontes históricas. Elas podem ser classificadas em fontes históricas materiais (documentos escritos de vários tipos, livros, fotografias, roupas, cartas, pinturas, monumentos)

e fontes históricas imateriais (memórias, músicas, lendas, línguas, crenças etc.).

Praticamente tudo que as pessoas produzem ao longo da vida pode servir como fonte de informação para os historiadores. Examinando tipos de armas e de adornos para o corpo de um povo indígena, por exemplo, é possível saber como eram suas práticas guerreiras e rituais. A foto de uma família pernambucana do século XIX pode informar sobre costumes, tipo de organização familiar, além da técnica de reprodução de imagens que aquela sociedade dominava.

Uma importante fonte histórica imaterial que o historiador pode utilizar em suas pesquisas são os relatos orais. Eles registram a memória de pessoas que usualmente não aparecem nos documentos escritos, como crianças, analfabetos, idosos, operários e povos ágrafos. Esse tipo de trabalho é chamado de história oral e é muito utilizado pelos historiadores atualmente.

Ao coletar depoimentos de pessoas, os historiadores têm a oportunidade de conhecer fatos com base no ponto de vista de quem viveu determinada experiência. No entanto, a memória de quem dá o seu depoimento não pode ser admitida como prova da verdade, pois as pessoas muitas vezes esquecem, omitem ou fantasiam as suas lembranças. Por isso, os relatos da memória, como as demais fontes históricas, devem ser examinados criticamente.



Um aparelho de telefone e uma fotografia do início dos anos 1940, um livro, um colar, um tablet e uma carta, diferentes objetos que servem de fonte de estudo para os historiadores.

Uma nova visão sobre a História

Durante o século XIX (de 1801 a 1900), as principais fontes ou documentos históricos utilizados pelos historiadores em suas pesquisas eram os textos escritos, sobretudo os de origem oficial, emitidos pela administração do Estado: leis, decretos, certidões de nascimento, atestados de óbito, acordos diplomáticos, cartas entre governantes, leis etc.

Além de valorizarem as fontes escritas, os historiadores também defendiam que havia uma verdade absoluta sobre o passado. Por exemplo, ao produzirem um estudo sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, relatavam os acontecimentos como se a história fosse capaz de retratar a viagem

de Pedro Álvares Cabral e revelar ao presente a verdade inquestionável daquela expedição.

Hoje está claro para os historiadores que a história não é o retrato do passado, mas uma hipótese, ou seja, uma interpretação fundamentada sobre parte desse passado. Além disso, eles admitem a existência de várias interpretações ou relatos sobre um mesmo acontecimento. O fato de ser possível mais de uma versão sobre um mesmo acontecimento possibilita construir uma visão mais próxima do que de fato ocorreu.

Imagine que alguém lhe peça para fazer um relato sobre uma enchente que destruiu casas, causou várias mortes e deixou muitas famílias desabrigadas em sua cidade. Que fontes você investigaria para produzir esse relato? Quem você entrevistaria? O que cada morador ou autoridade consultada lhe diria? Quantas versões do acontecimento surgiriam?

Claro que nem toda versão pode ser aceita, porque a história não é um relato ficcional. Ao investigar o passado, os historiadores reúnem muitos documentos e versões diferentes sobre o período em estudo; em seguida, cruzam todas as informações, verificam se elas são confiáveis e escrevem uma narrativa consistente sobre os acontecimentos.

O Controle do Tempo

Agora você chegou ao 6º ano. Passou a ter vários professores e novas matérias. Para organizar as aulas do dia, um relógio marca o início e o término de cada aula. Para planejar as atividades do ano, um calendário registra os dias e os meses em que haverá aula. Para organizar seus estudos, uma agenda o ajuda a registrar as lições de casa, as avaliações e os trabalhos programados pelos professores.

Relógios, calendários e agendas são alguns exemplos de invenções feitas pelas sociedades humanas para medir e controlar o tempo. Atualmente, vários aparelhos e sinais nos auxiliam na medição do tempo. Relógios de pulso, de parede, de rua registram a hora exata; computadores, celulares e tablets informam, além da hora, o dia, o mês e o ano; sirenes de fábricas, sinos de igrejas e sinais de escolas lembram o começo e o fim de uma atividade.

Os relógios não marcam a mesma hora em todos os locais do mundo. As horas variam de acordo com o fuso horário de cada uma das 24 áreas em que se divide a Terra. O Brasil tem quatro fusos horários. Neste momento, de acordo com o fuso horário do estado em que você vive, que hora os relógios estão marcando? Que hora os relógios marcam nos três outros fusos horários do Brasil?

Instrumentos para medir o Tempo

Mesmo sem relógios e calendários, desde os tempos mais antigos os seres humanos notavam que depois do dia vinha a noite, que as plantas e os animais, com o tempo, envelheciam e um dia morriam, que a Lua mudava de fases. Ou seja, os grupos humanos percebiam a passagem do tempo observando a natureza, da qual eles também faziam parte.

Na natureza, a existência do dia e da noite é o fenômeno que praticamente toda pessoa, desde criança, aprende a observar. A sucessão de dias e noites está relacionada ao nascer e ao pôr do Sol, uma mudança que os povos antigos percebiam e procuravam compreender. Por essa razão, o Sol tornou-se o fenômeno astronômico mais utilizado para medir a passagem do tempo.

Além do dia solar, as fases da Lua e o ciclo das estações também serviram de referência para os povos antigos medirem o tempo. Com o conhecimento adquirido por meio da observação desses fenômenos, eles criaram os primeiros relógios, para medir a passagem das horas, e calendários, para calcular a sucessão dos dias, dos meses e dos anos.

Os primeiros relógios criados pelo homem

Os relógios de sol são os instrumentos de medição de tempo mais antigos de que se tem notícia. Acredita-se que os primeiros foram criados pelos egípcios, há mais de 4 mil anos. Mais tarde foram criadas as ampulhetas e as clepsidras. Desde aquela época, vários tipos de relógios foram criados pelo homem. Conheça alguns deles na cronologia abaixo:



O tempo medido pelos calendários

Os fenômenos periódicos da natureza, como o movimento aparente do Sol e as fases da Lua, também foram usados para criar os primeiros calendários. O calendário é um sistema de medição de dias inteiros, e não de horas, como fazem os relógios. Por isso, o tempo medido pelos calendários é bem mais longo.

As sociedades humanas criaram diferentes calendários ao longo do tempo. O dos egípcios, criado por volta de 6 mil anos atrás, está entre os mais antigos. Baseado no ciclo lunar, ele tinha 12

meses que somavam 354 dias. Cerca de mil anos depois, os egípcios adotaram um calendário solar de 360 dias, divididos em 12 meses.

Ao final do 12º mês eram acrescentados cinco dias complementares.

Os antigos habitantes da América também inventaram diferentes calendários. O povo inca, por exemplo, que habitava grande parte da faixa oeste da América do Sul por volta de 550 anos atrás, tinha um calendário que combinava o ano solar de 365 dias com 12 meses lunares. Cada mês tinha seu próprio festival, marcado por celebrações de culto ao Sol, aos mortos e à agricultura.



Os Calendários Cristão, Judaico e Muçulmano

O calendário que está na sua agenda, na folhinha da parede da sua casa ou na secretaria da sua escola marca os meses e os dias do ano em que estamos atualmente. Vamos supor que o ano registrado seja 2015. Isso significa que algum fato considerado importante marcou o início da contagem desse calendário. Nesse caso, o acontecimento foi o nascimento de Jesus Cristo, ponto de partida do calendário cristão.

O calendário cristão, utilizado no Brasil e na maior parte dos países, é inteiramente solar, isto é, baseado na rotação da Terra em torno do Sol, e possui 365 dias, 5 horas e 49 minutos. A cada quatro anos, há um ano bissexto, no qual um dia é acrescentado ao mês de fevereiro.

Além disso, nesse calendário, os anos anteriores ao nascimento de Cristo são contados de forma decrescente e vêm acompanhados da sigla a.C. (antes de Cristo). Os anos posteriores ao nascimento de Cristo são identificados com a sigla d.C. (depois de Cristo). No entanto, quando nos referimos somente a eventos ocorridos após o nascimento de Cristo, não é necessário utilizar a sigla d.C.

A organização atual do calendário cristão se deve ao papa Gregório XIII (1502-1585). Ele reformou o antigo calendário romano, em uso até então, para ajustar a realização de comemorações religiosas, como a Páscoa. O calendário cristão foi adotado em muitos países como calendário civil. Hoje, ele regula as atividades comerciais e financeiras, os transportes etc., e não tem necessariamente caráter religioso.

Além do nosso calendário, existem outros tipos de calendários que têm origem religiosa. No calendário judaico, por exemplo, o marco inicial é a data em que, para os judeus, Deus criou o Universo. Esse fato teria ocorrido no ano 3760 a.C. do calendário cristão. Os muçulmanos, por sua vez, estabeleceram como marco inicial do seu calendário a Hégira. A data corresponde à saída do profeta Maomé da cidade de Meca em direção a Medina, ocorrida no ano 622 do calendário cristão.

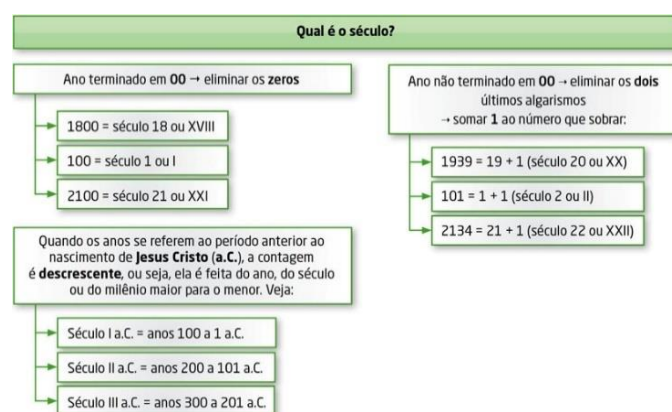
UNIDADE DE TEMPO MAIS LONGO

Década, século e milênio são unidades criadas pelo ser humano para medir o tempo, com duração mais longa que o ano, o dia e a hora. Como medem períodos de tempo mais extensos, a década, o século e o milênio são usados com frequência nos estudos de história.

Veja no quadro a duração da década, do século e do milênio:

Década	Conjunto de 10 anos
Século	Conjunto de 100 anos
Milênio	Conjunto de 1.000 anos

Das três medidas de tempo mais longo, o século é a mais utilizada pelos historiadores. Por isso, é muito comum organizar o calendário cristão em séculos, ou seja, em grupos de cem anos. O primeiro século da Era Cristã estende-se da data estimada para o nascimento de Cristo (ano 1) até o ano 100. Conheça as duas operações mais simples para saber a que século pertence cada ano:



O dia e o ano são unidades de medida de tempo baseadas na observação da natureza. O dia corresponde ao movimento de rotação da Terra, enquanto o ano, ao movimento de translação. A década, o século e o milênio, ao contrário, não correspondem à duração de nenhum fenômeno da natureza. Eles foram criados para localizar os acontecimentos no tempo e facilitar o seu estudo.

Há Diversos Tempos na História

Calendários, relógios, datas, cronologias, períodos, linhas do tempo, tudo isso são criações humanas, que não sobrevivem sem o homem.

A ideia de um tempo comum para todos os povos, que avança em linha reta em direção a um futuro uniforme, também é uma invenção social. E, sendo uma criação, reflete determinada visão de tempo, que pode ser de uma religião, de um grupo social ou de um povo.

Na vida humana, na prática, existem diferentes temporalidades, diferentes relações com o tempo. Por exemplo, um morador da cidade de São Paulo que se desloca de condução de sua casa para o trabalho todos os dias vive preocupado com as horas, com o risco do atraso, com a lentidão do trânsito. Para ele, o tempo que fica preso no trânsito parece não ter fim; enquanto o tempo que tem para descansar parece curto demais.

Agora vamos pensar em outro exemplo. Uma professora aposentada, com algumas economias e a ajuda dos filhos, decide parar de trabalhar. Como não precisa acordar cedo para entrar às 7h no colégio, pode acordar quando o Sol aparecer no céu ou quando seu relógio biológico a despertar. E como não está presa ao calendário escolar, pode ir à praia com as amigas na época de menos chuvas ou de menos gente.

O mesmo não acontece com sua vizinha. Mesmo aposentada, continua trabalhando para manter o sustento da casa. Ela ainda acorda com o despertador e entra no trabalho no horário de antes. Só viaja de férias quando o calendário de trabalho da empresa permite.

Outro exemplo é o povo Surui Paiter, que vive em terras dos estados do Mato Grosso e de Rondônia e que tem seu tempo marcado por uma tradição. Nessa comunidade, metade das pessoas cuida da mata, os metare, e a outra metade cuida da roça ou da comida, os íwai.

Na época da seca (maio a outubro), os metare instalam-se na mata, a fim de caçar e pescar, enquanto os íwai vão cuidar da roça. A troca de lados é feita em ciclos anuais, ocasião marcada por uma grande festa, o Mapimaí, que reúne os dois grupos.

Capítulo 2

Origens do Ser Humano

A origem da vida na Terra

Você já se perguntou de onde viemos? Quais explicações você conhece sobre esse assunto? Você acha que o ser humano sempre teve a mesma forma física? Por quê?

Confira agora uma visão muito conhecida sobre a origem da vida humana.

“No princípio criou Deus o céu e a terra. [...]

E disse Deus: Produza a terra alma vivente conforme a sua espécie; gado, e répteis e feras da terra conforme a sua espécie; e assim foi. [...] E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; [...]. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. [...]

Gênesis 1: 1, 24, 26 e 27. Bíblia sagrada. Disponível em www.bibliaonline.com.br

O Criacionismo

A ideia central do trecho bíblico acima é que a vida na Terra foi criada por Deus. Por isso, a linha de pensamento que se apoia em crenças religiosas para explicar a origem da vida é chamada criacionismo. Os defensores dessa ideia acreditam que a vida e todas as coisas existentes foram criadas por um Deus superior e eterno.

A visão criacionista com o maior número de defensores na sociedade atual foi elaborada com base no livro do Gênesis, da Bíblia. Segundo a narrativa bíblica, Deus criou o céu, a terra, a luz, os vegetais, os astros, os animais das águas, do ar e da terra e, por fim, o homem, para habitar o mundo recém-criado.

O criacionismo hoje tem várias correntes, desde aquelas que defendem a narrativa bíblica tal como está apresentada até as que procuram combinar o princípio da criação com explicações evolucionistas. A teoria do Design Inteligente, por exemplo, afirma que, por trás do processo evolutivo das espécies, há um ser inteligente, um projetista, responsável por ordenar a evolução da vida na Terra.



A ideia central do trecho bíblico acima é que a vida na Terra foi criada por Deus. Por isso, a linha de pensamento que se apoia em crenças religiosas para explicar a origem da vida é chamada criacionismo. Os defensores dessa ideia acreditam que a vida e todas as coisas existentes foram criadas por um Deus superior e eterno.

A visão criacionista com o maior número de defensores na sociedade atual foi elaborada com base no livro do Gênesis, da Bíblia. Segundo a narrativa bíblica, Deus criou o céu, a terra, a luz, os vegetais, os astros, os animais das águas, do ar e da terra e, por fim, o homem, para habitar o mundo recém-criado.

O Evolucionismo

Os cientistas, porém, elaboram suas hipóteses com base em evidências materiais e não em narrativas religiosas. A busca e o exame dessas evidências levaram os estudiosos a elaborar teorias para explicar a origem da vida na Terra.

O evolucionismo é atualmente a teoria aceita pela ciência para explicar como surgiu a enorme diversidade de seres vivos que habitam a Terra. Segundo essa teoria, as espécies de seres vivos passam por transformações ao longo do tempo, diversificando-se e dando origem a novas espécies em suas pesquisas, que os seres vivos mais bem adaptados ao ambiente, ou seja, que têm características que lhes permitem sobreviver, transmitem essas características às próximas gerações, enquanto os menos adaptados tendem a desaparecer. A esse mecanismo, Darwin deu o nome de seleção natural.

Os Hominídeos

A teoria evolucionista de Darwin e Wallace resolveu um grande mistério científico. Desde o século XIX, arqueólogos e outros estudiosos encontravam em suas pesquisas ossos muito semelhantes aos de humanos modernos, mas nenhum ser humano conhecido tinha ossos exatamente como aqueles.

Utilizando a teoria evolucionista, os cientistas ligaram a origem do ser humano a um grupo de mamíferos chamado primatas, que surgiu na África há cerca de 70 milhões de anos. Sua aparência lembrava a das lêmures atuais.

Um grupo de primatas deve ter originado os primeiros hominídeos, ou seja, seres que já apresentavam características semelhantes às do homem moderno.

Os mais antigos hominídeos de que se tem evidência foram os australopitecos. Eles viviam no sul da África, já andavam eretos sobre os dois pés e tinham habilidade nas mãos, mas não fabricavam instrumentos.

Em 1974, na Etiópia, descobriu-se o esqueleto de um australopiteco quase completo, de 3,2 milhões de anos. Depois de se comprovar que se tratava de uma mulher, o esqueleto foi batizado com o nome de Lucy, porque no momento da descoberta os arqueólogos estavam ouvindo a canção *Lucy in the sky with diamonds*, dos Beatles.

Em 2010, foi descoberto, também na Etiópia, um esqueleto 400 anos mais velho que o de Lucy, mas da mesma espécie que ela, um *Australopithecus afarensis*. Denominado pelos pesquisadores de Kadanuumuu, o esqueleto teria 3,6 milhões de anos.



Em 1978, pesquisadores encontraram no sítio de Lateoli, na Tanzânia, sinais de pegadas de antigos hominídeos. Ao estudar o padrão das pegadas, concluíram que, provavelmente, teriam sido deixadas por australopitecos que viveram por volta de 3,6 milhões de anos atrás. E, o mais surpreendente, pelo exame feito das pegadas, os dois deviam estar caminhando lado a lado.

A representação acima foi feita com base nessas conclusões. Museu de História Natural de Nova York, Estados Unidos.

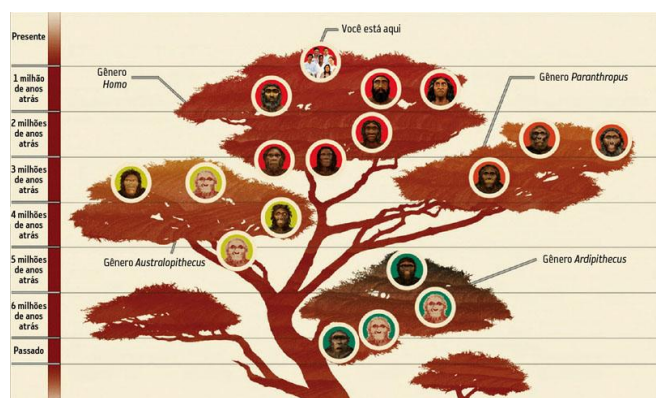
O Gênero Homo

O gênero *Homo*, do qual fazemos parte, originou-se há cerca de 2 milhões de anos. Maior volume cerebral e habilidade nas mãos o diferenciavam dos australopitecos. Há várias espécies conhecidas do gênero *Homo*, sendo as principais as que estão listadas a seguir:

- ✓ *Homo habilis* — já tinha a habilidade de fabricar utensílios simples de pedra. Alimentava-se de vegetais e carne, e provavelmente desenvolveu uma forma de linguagem. Ossos dessa espécie, de 2 milhões de anos atrás, foram encontrados no leste da África.
- ✓ *Homo erectus* — além de utilizar utensílios de pedra lascada, como machados, era bom caçador. Foi provavelmente a primeira espécie a deixar a África. Em 2001, pesquisadores encontraram na Geórgia, na Europa Oriental, ossos humanos que foram classificados como pertencentes à espécie do *Homo erectus*.
- ✓ *Homo neanderthalensis* — muito parecido com o ser humano moderno, era caçador, e suas diferentes subespécies habitaram a Europa e a Ásia Ocidental entre 230 mil e 30 mil anos atrás.
- ✓ *Homo sapiens* — surgiu entre 190 e 150 mil anos, nas savanas africanas, e se espalhou depois por todos os continentes. Construiu instrumentos

variados e mais sofisticados, desenvolveu a linguagem e expressões artísticas. O *Homo sapiens*, ou seja, o homem moderno, foi a única espécie do gênero *Homo* que conseguiu sobreviver.

A origem do gênero *Homo* é um dos grandes mistérios da evolução humana. Até recentemente, suspeitava-se que ele tivesse surgido na África Oriental. A descoberta em 2008, na África do Sul, do fóssil de uma espécie, nomeada de *Australopithecus sediba*, sugere, para alguns cientistas, que este poderia ser o ancestral do gênero *Homo*.



A árvore da evolução humana. Museu Nacional de História Natural da Instituição Smithsonian, Washington, Estados Unidos.

Paleolítico ou Idade da Pedra

Para muitos pesquisadores, a história humana começa quando os hominídeos começaram a fabricar, de maneira regular, utensílios de pedra com um formato e uma intenção determinada. A capacidade de produzir objetos, como facas e lanças, é o que diferenciaria a humanidade dos outros animais. Essa mudança teria começado com o gênero *Homo*, há cerca de 2 milhões de anos.

Ao estudar o passado primitivo da história humana, os pesquisadores deram o nome de Paleolítico (da pedra antiga ou da pedra lascada) ao período que ávido aparecimento do gênero *Homo*, há cerca de 2 milhões de anos, quando os hominídeos começaram a fabricar diversos utensílios de pedra, até o início da prática da agricultura, ocorrido há cerca de 10 mil anos.

Diversos historiadores criticam o uso desse termo pelo fato de ele abranger um tempo muito longo e por reduzir todos os aspectos da vida humana nesse período à tecnologia de fabricação de objetos de pedra. Mesmo com essas limitações, outros estudiosos defendem a validade do termo Idade da Pedra.

Eles argumentam que de fato outros materiais devem ter sido usados pelos humanos primitivos. Porém, como utensílios de pedra foi o que restou desse distante período, o uso desse termo não é equivocado.

O Paleolítico foi um período muito longo. Durante quase 2 milhões de anos, os hominídeos foram se adaptando à natureza. Os grupos humanos produziram e aperfeiçoaram vários artefatos e criaram as primeiras manifestações artísticas.

A Vida no Paleolítico

Os primeiros humanos viviam principalmente da caça e da coleta de frutos silvestres. É provável que tenham passado, ao longo de milhares de anos, de predadores de pequenos animais para caçadores de grandes mamíferos, como rinocerontes e elefantes.

Eles viviam em regiões de savanas, em acampamentos provisórios, no interior de cavernas ou a céu aberto.

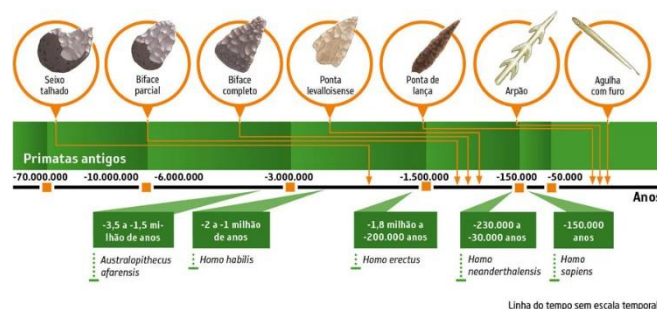
Com o tempo, alguns grupos começaram a construir moradias simples, feitas da combinação de madeira ou ossos, para a estrutura, e peles, para a cobertura. Os seres humanos do Paleolítico eram nômades, ou seja, não moravam em um lugar fixo. Viviam se deslocando de uma região para outra, em busca de alimentos. Eles ainda não domesticavam animais e também não praticavam a agricultura.

Utensílios do Paleolítico

Os primeiros utensílios, feitos de pedra lascada, são atribuídos ao *Homo habilis*. Eles batiam uma pedra na outra até obter uma borda afiada que usavam para cortar a carne e retirar a pele dos animais. As lascas obtidas eram também usadas como facas e raspadores.

Foi somente com o *Homo erectus*, por volta de 700 mil anos atrás, que apareceram os instrumentos de pedra talhados em uma face (monofaciais) e, mais tarde, os talhados nas duas faces (bifaciais).

Um passo importante nesse período foi a descoberta do uso do fogo, que se acreditava ter ocorrido por volta de 700 mil anos atrás. Porém, estudos feitos por arqueólogos de vestígios de fogueiras encontrados na África do Sul indicam que o homem já usava o fogo 1 milhão de anos atrás. Com o fogo foi possível afugentar os animais, iluminar os caminhos e as moradias à noite e cozinhar os alimentos.



Linha do tempo sem escala temporal.

Novas Técnicas e Materiais

No período que se estendeu de 40 mil a 12 mil anos atrás, houve um grande avanço nas técnicas de fabricação de instrumentos. O trabalho cada vez mais cuidadoso de talhe da pedra permitiu criar diferentes tipos de facas, machados, furadores, raspadores e outros instrumentos.

Os grupos humanos também aprimoraram o uso do osso, da madeira e do marfim para fabricar arpões, lanças, pontas, garfos e agulhas com furos. Com os novos objetos, puderam desenvolver a pesca, construir abrigos artificiais, organizar caçadas coletivas de grandes manadas.

Aproximadamente 12 mil anos atrás, iniciou-se também uma mudança na fabricação de instrumentos. Os grupos humanos começaram a fabricar enxadas, foices, pilões e machados com pedras polidas, inaugurando o período que os estudiosos denominaram Neolítico (pedra nova ou polida).

A última era glacial chegava ao fim, e o ser humano logo faria uma descoberta tão ou mais importante quanto a do fogo: a agricultura.

Falando em agricultura, você já parou para pensar como os grupos humanos pré-históricos descobriram que podiam cultivar a terra para obter vários alimentos e não depender só daquilo que a natureza oferecia para saciar a fome? Pense nisso agora e apresente sua hipótese para a classe.

O Início da Agricultura

Acredita-se que a agricultura tenha sido uma invenção da mulher. Como elas geralmente eram responsáveis pela coleta de raízes e frutos, puderam observar que as sementes das plantas, uma vez enterradas no solo, davam origem a novas plantas. Começaram, assim, a cultivar a terra para obter produtos para a sua subsistência.

O cultivo das primeiras espécies de plantas ocorreu no Extremo Oriente e no Crescente Fértil, região localizada no Oriente Médio, por volta de 10 mil anos atrás (ou 8000 a.C.). O Crescente Fértil se estendia do Vale do Rio Nilo, no Egito, até as margens dos rios Tigre e Eufrates, onde atualmente se localiza o Iraque. Veja no mapa acima.

Mas essa mudança não aconteceu ao mesmo tempo em todas as regiões do planeta. Muitos grupos humanos começaram tardiamente a cultivar a terra; outros, mesmo plantando alguns produtos, mantiveram a caça e a pesca como atividades centrais.

A prática agrícola exigiu dos grupos humanos esforço para planejar a época do plantio e da colheita, organizar a comunidade para realizar o trabalho e providenciar os instrumentos necessários para a derrubada da mata e o cultivo

dos campos. Para cuidar das plantações e garantir boas colheitas, o ser humano, aos poucos, abandonou a vida de caçador andante e tornou-se sedentário.

Objetos de Cerâmica

A cerâmica é uma técnica que transforma a argila em um material duro e resistente, próprio para a criação de utensílios. Atualmente, ela é utilizada na fabricação de louças para casa, materiais de construção e até peças para máquinas.

Os estudiosos não sabem ao certo quando a cerâmica foi inventada. Um dos artefatos mais antigos é uma estatueta encontrada na Europa Oriental, datada de 26 mil anos atrás, ainda no Paleolítico.

A fabricação de potes e de outros utensílios é menos antiga. Fragmentos de cerâmica de cerca de 20 mil anos descobertos em uma caverna na China podem ser uma evidência de que a fabricação de utensílios de cerâmica para o cozimento foi anterior à agricultura.

Com a produção de panelas de cerâmica, o ser humano pôde cozinhar a carne que obtinha por meio da caça, tornando-a mais macia e nutritiva. Os potes de cerâmica com tampa também permitiram armazenar grãos e líquidos, conservando-o



Peça de cerâmica produzida pelo povo núbio, na antiga cidade de Kerma, onde hoje se localiza o Sudão. Cerca de 1700-1550 a.C.

Quais mudanças aconteceram na vida humana e no ambiente com o surgimento do comércio e das primeiras cidades?

A Origem do Comércio

O cultivo da terra permitiu que as sociedades produzissem mais alimentos. Com isso, a população humana cresceu rapidamente.

Tornou-se necessário assim ampliar as áreas cultivadas e desenvolver técnicas para melhorar a produtividade do solo, por exemplo, utilizando fertilizantes naturais para produzir grãos maiores e métodos para controlar as pragas agrícolas.

A construção de sistemas de irrigação e outras técnicas agrícolas ajudaram a produzir excedentes, ou seja, a obter mais alimentos do que era necessário para o consumo. O que você pensa que

as pessoas podiam fazer com os produtos que sobravam na aldeia?

Tudo indica que foi a produção de um excedente agrícola que possibilitou às comunidades neolíticas começarem a trocar o que elas tinham com os excedentes de outros povos. Por exemplo, uma aldeia que tinha um excesso de cevada negociava a troca desse produto com o excedente de trigo da aldeia vizinha. Dessa forma, tinha origem o comércio.

A existência de excedentes agrícolas e a prática do comércio originaram o primeiro grupo social de comerciantes. À medida que as trocas comerciais se expandiam e a população das aldeias crescia, muitas pessoas que trabalhavam nos campos passaram a executar outros ofícios.

Como se produzia mais que o necessário para a sobrevivência, o excedente de alimentos permitia sustentar pessoas que exerciam outras funções, como a de médico, sacerdote, padeiro, soldado e tecelão. A especialização de trabalhadores em determinadas atividades profissionais é o que chamamos de processo de divisão do trabalho.

A Vida nas Cidades

Que diferenças você percebe entre a cidade e o campo? Você pode dizer que na cidade há uma concentração maior de pessoas, diferentes tipos de serviços, como bancos, hospitais, comércio, além da prefeitura, que é a sede do poder executivo municipal no Brasil. Esses e outros exemplos mostram que a cidade faz parte do mundo artificial criado pelo homem.

Existem diversos tipos de cidades. Algumas têm menos de cem anos, como Brasília; outras, como Nova York e Belém, têm quase quatrocentos anos; e umas mais antigas ainda, surgidas no Neolítico, já têm milhares de anos. Há desde cidades com menos de mil habitantes, como Serra da Saudade, em Minas Gerais, até cidades como São Paulo, que em 2013 tinha uma população de 11,8 milhões de pessoas.

Você consegue imaginar onde e como surgiram as primeiras cidades da história humana?

As Primeiras Cidades

As pesquisas indicam que as duas cidades mais antigas de que se tem conhecimento, Jericó, na Palestina, e Çatal Hüyük, na Turquia, surgiram e cresceram graças ao comércio. Evidências arqueológicas mostram que, por volta de 9 mil anos atrás, as duas cidades já comerciavam entre si.

Nas áreas férteis à margem de grandes rios, como Nilo, Tigre e Eufrates, as pequenas comunidades e aldeias começaram a se unir para construir sistemas de irrigação e aproveitar melhor

a água das enchentes, que era essencial para a agricultura.

Assim, nos vales dos rios Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Amarelo e Azul (China) e Indo (Índia), a união das aldeias deu origem às primeiras cidades (veja mapa).

Com as cidades, nasciam as primeiras civilizações. Por se localizarem as margens de rios, ficaram conhecidas como civilizações fluviais.



O nascimento do Estado e da Escrita

O desenvolvimento da agricultura e o crescimento populacional mudaram a organização de algumas sociedades. Acredita-se que o chefe ou o sacerdote de uma família poderosa, em data incerta, assumiu o controle de uma região e transformou-se em rei.

Originou-se assim uma instituição que tinha plena autoridade sobre a população. É o que chamamos de processo de formação do Estado.

Para garantir o controle sobre o conjunto da população, o rei tinha vários servidores.

Eles desempenhavam tarefas em seu nome, como registrar as colheitas, cobrar impostos e organizar a defesa do território. O rei ainda podia fazer leis, julgar os crimes e dirigir rituais religiosos.

Um dos principais resultados do surgimento das cidades e do Estado foi o desenvolvimento da escrita, por volta de 4000 a.C. Isso se deveu a vários fatores, entre eles:

- ✓ A necessidade de contabilizar os produtos comercializados e os impostos arrecadados pelos servidores do rei;
- ✓ O levantamento da estrutura das obras, que exigiu a criação de um sistema de sinais numéricos para realizar os cálculos geométricos.

Com a escrita, o ser humano criou também uma forma de registrar suas ideias e sentimentos e de se comunicar. A linguagem escrita permite que a vida de hoje seja conhecida pelas gerações futuras.

Capítulo 3

Mesopotâmia – berço de Grandes Impérios

As primeiras civilizações conhecidas surgiram na região entre os rios Tigre e Eufrates. Esses dois rios nascem no território da atual Turquia, atravessam a Síria e o Iraque e deságuam no Golfo Pérsico.

A região compreendida entre esses dois rios era chamada pelos Gregos Antigos de Mesopotâmia (entre rios).

Os grupos humanos que se estabeleceram na região desenvolveram tecnologias para garantir o maior aproveitamento dos recursos hídricos que a natureza oferecia: construíram barragens e canais para represar e distribuir as águas para áreas mais secas e criaram sistemas de drenagem para os campos alagados.

Desse modo, a agricultura e a criação de animais se desenvolveram na região, a população cresceu e nas proximidades dos rios surgiram as primeiras aldeias. Com o passar do tempo, essas aldeias se transformaram em grandes cidades.

Por volta de 3000 a.C., as cidades tinham muita importância na Mesopotâmia. Inicialmente a administração de cada cidade era exercida por um sacerdote, que governava do próprio templo. Posteriormente, à medida que as tarefas administrativas foram ficando mais complexas, o sacerdote deixou de ser o governante e os palácios passaram a ser o centro administrativo do governo, exercido por um rei.

Cabia a ele, entre outras coisas, manter as rotas comerciais, organizar exércitos e coordenar a execução de obras como canais, diques e reservatórios.

As cidades da Mesopotâmia eram independentes entre si, ou seja, cada uma delas tinha seu rei, seu palácio e suas leis. Por isso elas são chamadas de cidades-estados. Porém, mesmo independentes, as cidades mesopotâmicas estabeleciam trocas comerciais entre si, acordos políticos e alianças temporárias.

Mas, à medida que essas cidades cresceram economicamente e as disputas por terras e rotas comerciais aumentaram entre elas, as rivalidades se tornaram mais acentuadas e as guerras de conquista mais frequentes. Surgiram, assim, grandes impérios na região. Você sabe o que é um império?

Os Sumérios

Não se sabe ao certo a origem dos sumérios e quando eles migraram para a Mesopotâmia. O que pode ser afirmado é que, por volta de 3000 a.C., esse povo já estava estabelecido no sul da

Mesopotâmia. É provável que os sumérios tenham sido os primeiros a construir canais e outras obras para a utilização das águas dos rios. Também são atribuídas a eles invenções importantes para o desenvolvimento da agricultura, como o arado e a roda.

Os sumérios também foram os fundadores das mais antigas cidades mesopotâmicas. As principais eram Kish, Lagash, Uruk e Eridu.

“A primeira dessas cidades-Estado, Uruk, tornou-se protótipo [modelo] de outras do mundo antigo. Em 2700 a.C., Uruk abrangia 76 aldeias próximas, a cidade propriamente dita estendia-se por mais de 4 quilômetros quadrados e abrigava quase 50 mil pessoas.”

Os registros escritos mais antigos conhecidos até o momento foram encontrados em ruínas de um templo na cidade suméria de Uruk, onde hoje se encontra o Iraque, com data aproximada de 4000 a.C. Eram sinais com aspecto de um prego de cabeça larga, ou cunha, gravados na argila. Por isso, a escrita suméria ficou conhecida como cuneiforme.

Inicialmente, a escrita suméria era utilizada apenas em atividades contábeis: registros de pagamentos e recebimentos, controle de estoques e circulação de produtos, arrecadação de impostos etc. Com o passar do tempo, a escrita foi aprimorada e passou a ser usada também na elaboração de contratos, declarações reais, cartas e poemas.

Império Acádio

Por volta de 2300 a.C., o predomínio das cidades-Estado sumerianas na Mesopotâmia entrou em declínio. Sargão, de origem semita e funcionário real da cidade suméria de Kish, assumiu o trono da cidade-Estado como Sargão I. Comandando um grande exército, Sargão I conquistou as cidades do centro-sul da Mesopotâmia. Na região conhecida como Acad, ergueu a capital de seu império que, por isso, ficou conhecido como império Acádio.

Os acádios adotaram a escrita cuneiforme e incorporaram muitas práticas sumerianas, desenvolvendo a chamada cultura sumério-acadiana.

Aprimorando estudos astronômicos, os acádios desenvolveram um calendário lunar de doze meses. Cada mês era dividido em semanas de sete dias. Essa forma de organizar o tempo parece familiar a você?

Após a morte de Sargão I, por volta de 2220 a.C., o Império Acádio entrou em declínio e não resistiu às invasões estrangeiras.

Mesmo assim, a figura de Sargão foi adotada como modelo por reis de outros grandes impérios que se formariam na Mesopotâmia.



Comunicado real em escrita cuneiforme, peça suméria de 2350 a.C. encontrada na Síria. A escrita cuneiforme, desenvolvida pelos sumérios, foi adotada pelo Império Acádio.

Babilônia – a Capital de um Grande Império

Por volta de 1900 a.C., a cidade da Babilônia tornou-se sede de um grande império: o Primeiro Império Babilônico. Seu maior desenvolvimento ocorreu durante o governo de Hamurábi (1792-1750 a.C.).

O rei babilônico conquistou vários territórios e unificou quase toda a Mesopotâmia. Em seu reinado, a construção de grandes reservatórios de água e canais de irrigação propiciou um grande desenvolvimento da agricultura.

Por ordem de Hamurábi, organizou-se o conjunto de leis mais completo da Antiguidade que se conhece: o Código de Hamurábi. As leis desse código estabeleciam regras para a vida em família, as relações no trabalho, as trocas comerciais, os crimes de roubo, entre outras coisas.

Após a morte de Hamurábi, seus sucessores tiveram dificuldade em manter a unidade do império. No início do século XVI a.C., a Babilônia, capital do império, foi conquistada por povos vindos da Ásia Menor.

Os Caldeus e o Novo Império Babilônico

Os caldeus, povo de origem semita, habitavam a região da Caldeia, no sul da Mesopotâmia (veja o mapa). Eles lideraram a libertação da Babilônia do domínio assírio e assumiram o governo da cidade.

Após destruírem as cidades assírias, no século VII a.C., os caldeus dominaram toda a Mesopotâmia. Sob o governo caldeu, o Império da Babilônia renasceu. Por essa razão, o Império Caldeu ficou conhecido também como Novo Império Babilônico.

O rei de maior destaque desse período foi Nabucodonosor II. Ele comandou a reconstrução e o embelezamento da Babilônia, após vários anos de guerras civis, revoltas e invasões que devastaram a cidade.

Palácios e templos foram erguidos ou recuperados, como o zigurate de cem metros de altura, cuja estrutura original remontava aos

tempos de Hamurábi. A cidade também se tornou um importante centro comercial, por onde passavam caravanas de mercadores que se dirigiam ao Oriente.

O Novo Império Babilônico teve curta duração. Com a morte de Nabucodonosor, seguiu-se uma disputa pelo trono entre seus sucessores que enfraqueceu o império. Em 539 a.C., a cidade da Babilônia foi conquistada pelos persas.



Reconstituição dos Jardins Suspensos da Babilônia. Muito já se escreveu sobre os Jardins Suspensos, construídos por ordem de Nabucodonosor II e considerados uma das sete maravilhas do mundo antigo. Mas, mesmo sendo uma construção citada em vários relatos antigos, não há evidências arqueológicas que confirmem sua existência.

A Economia Mesopotâmica

A base da Economia Mesopotâmica era a agricultura. Os principais produtos cultivados eram linho, lentilha, trigo, gergelim e cevada. Em pequenas áreas, entre os grandes campos cultivados, os camponeses produziam legumes e hortaliças.

A água necessária para irrigar as plantações era captada dos rios Tigre e Eufrates, que também possibilitavam a pesca e a criação de animais. Os mesopotâmicos criavam ovelhas para a produção de lã; cabras e vacas para a obtenção do leite e de seus derivados; mulas e bois para o transporte e a tração dos arados nos campos.

A Mesopotâmia era uma região escassa em recursos naturais. Madeira, metais, pedras preciosas e outros produtos eram negociados com diferentes povos.

Como os comerciantes da Mesopotâmia faziam para obter esses produtos se a moeda ainda não tinha sido criada?

Inicialmente, os povos mesopotâmicos trocavam seus produtos agrícolas e artesanais pelos artigos que obtinham de fora. Com o crescimento das cidades e o aumento das atividades comerciais, peças de metal passaram a ser utilizadas como pagamento.

Até para o comércio os rios eram importantes. Eles serviam de vias para a circulação de pessoas e de mercadorias. O transporte por terra era feito no lombo de animais.

A Sociedade

A população da Mesopotâmia estava dividida em dois grandes grupos sociais: o dos escravos e o das pessoas livres.

Os escravos constituíam uma minoria. Eram prisioneiros de guerra ou pessoas livres que haviam se vendido ou sido vendidas por suas famílias para os mercadores de escravos. A maioria das pessoas escravizadas vivia no meio urbano e a economia não dependia diretamente de sua mão de obra.

A população livre era maioria nas sociedades mesopotâmicas. Mas, entre as pessoas livres, havia grandes distinções sociais, que dependiam da origem familiar, do ofício que exerciam e do local em que viviam. Como acontece hoje, havia ofícios mais relacionados ao meio rural e ofícios próprios do meio urbano.

A Vida no Campo

As grandes cidades-estados mesopotâmicas eram circundadas por várias aldeias rurais. No campo, as pessoas se dedicavam à agricultura, à criação de gado e ao pequeno artesanato.

As pessoas mais pobres, que não tinham sua própria terra, prestavam serviços diversos como vaqueiros, carroceiros e pastores para as famílias em períodos de muito trabalho, principalmente na época de plantio e de colheita, em troca de pagamento. Em certas áreas da Mesopotâmia, algumas famílias concentraram terras e formaram grandes propriedades ocupadas com pomares e rebanhos. Essas grandes famílias proprietárias conquistaram riqueza e destaque social.

Parte do que era produzido nos campos da Mesopotâmia destinava-se ao pagamento de impostos aos palácios e templos. Outra parte era negociada entre famílias de diferentes aldeias e também com as cidades. As intensas trocas permitiam uma grande diversificação de produtos consumidos.

Uma Religião com muitos deuses

Os mesopotâmicos eram politeístas, ou seja, cultuavam vários deuses. Como a água dos rios era essencial para os povos da Mesopotâmia, um dos deuses mais cultuados era Enki, deus da água doce e fresca na qual a terra flutuava. Ele era considerado também o deus da sabedoria.

Entre as principais divindades, podemos destacar:

- ✓ An ou Anum – pai dos deuses, protetor da cidade de Uruk;
- ✓ Ninhursag ou Ninmah, deusa-mãe relacionada à fertilidade;
- ✓ Assur – principal deus assírio, forte guerreiro;

✓ Inanna ou Ishtar – deusa babilônica do amor e da guerra;

✓ Shamash – dependendo da cidade, era conhecido como Utu, o deus do Sol, relacionado à justiça.

Para os povos da Mesopotâmia, os deuses eram semelhantes aos seres humanos, com a diferença de que eram poderosos e imortais. Eles casavam, tinham filhos, ficavam tristes ou alegres e podiam ser cruéis, invejosos ou caridosos.

Os templos representavam a moradia dos deuses na Terra. Geralmente eram construídos sobre uma torre de escadas chamada zigurate (“prédio alto”). Os zigurates ficavam em posição destacada na cidade para que todos os seus habitantes, inclusive os agricultores das aldeias ao redor, pudessem contemplá-los.

Dirigidos por um grão-sacerdote, os templos eram locais de culto e demais cerimônias religiosas. No interior deles, os sacerdotes dirigiam rituais de sacrifício de animais, práticas mágicas e oferendas aos deuses.

Na Mesopotâmia, religião, política e ciência estavam intimamente ligadas.

Por isso, os templos também eram centros de pesquisa e ensino, onde a escrita e a astronomia tiveram um grande desenvolvimento.



Cabeça de dragão, peça em bronze produzida entre os séculos VII e VI a.C. Museu do Louvre, Paris. Este era o símbolo do deus Marduk, protetor da Babilônia. Cada cidade cultuava uma divindade, o que não impedia que cada pessoa cultuasse um deus em particular.

Capítulo 4

O Egito e os Reinos da Núbia

Nilo – o rio que dá a vida ao Egito

O Rio Nilo, localizado na África, é um dos rios mais extensos do mundo. Ele nasce na Floresta Nyungwe, em Ruanda, no centro do continente, e atravessa mais nove países antes de desaguar no Mar Mediterrâneo, no norte. O rio, com suas cheias periódicas, tem sido fonte de vida para as populações locais há milhares de anos. Por isso, às suas margens, com o tempo se formaram aldeias e cidades.

Os egípcios antigos perceberam que o Rio Nilo tinha períodos de enchente e períodos de retração de suas margens, fases que se repetiam regularmente. Ao notar que o rio tinha um ciclo de vida, que recomeçava a cada ano, eles puderam planejar as atividades nas aldeias para aproveitar os benefícios do rio e evitar que as enchentes causassem danos às casas e à lavoura.

Observando a natureza, os egípcios também perceberam que o início das enchentes do rio coincidia com o reaparecimento da estrela Sirius no céu. O evento era esperado e celebrado com uma grande festa, que marcava o início do ano no calendário egípcio. Em harmonia com a natureza, os egípcios construíram assim uma grande civilização.

A Terra e o trabalho no Egito Antigo

As cheias periódicas do Rio Nilo serviam para organizar a vida cotidiana dos egípcios. De julho a setembro, o nível do rio subia e inundava as margens. Nesse período, os camponeses eram recrutados pelo faraó para trabalhar na construção de templos, canais de irrigação e outras obras públicas. A partir de outubro, as águas baixavam e os camponeses começavam a semear a terra. O solo, umedecido e fertilizado pelo húmus, estava pronto para a semeadura.

Na terra naturalmente preparada para o plantio, os camponeses egípcios cultivavam trigo, cevada, ervilha, lentilha, verduras, frutas, linho e outros produtos. Além do trabalho agrícola, eles também criavam porcos, carneiros, bois, gansos e patos, mas desconheciam as galinhas. Com o papiro, planta fibrosa que crescia abundantemente às margens do Nilo, os egípcios fabricavam cestos, sandálias, velas para as embarcações, além de um material usado para a escrita.

Mas não pense que as boas colheitas dependiam apenas da obra da natureza. Os egípcios logo perceberam que o ciclo do rio tinha a sua instabilidade. Por isso era necessário estocar alimentos para os períodos de seca, construir diques para barrar a força da correnteza e um sistema de canais para distribuir melhor a água

pelo vale e facilitar a deposição do limo fertilizante. O trabalho humano possibilitou superar algumas dificuldades naturais e transformar a paisagem da região.

O Nascimento do Egito Faraônico

Os primeiros grupos humanos começaram a se instalar no Vale do Rio Nilo por volta de 6000 a.C. Vivendo inicialmente de forma igualitária, com o tempo as comunidades cresceram e surgiram diferenças sociais entre seus membros. É provável que a necessidade de organizar a irrigação tenha levado essas comunidades a se unirem formando grupos maiores, chamados nomos.

À medida que os nomos cresceram, novos agrupamentos surgiram entre eles. Por volta de 3300 a.C. a união de vários nomos deu origem a dois reinos: o Alto Egito, no sul, e o Baixo Egito, no norte. Conta a tradição que duzentos anos mais tarde o rei Menés, do sul, unificou os dois reinos e fundou a realeza faraônica. Menés, por isso, é considerado o primeiro faraó do Egito.

A Divisão Política do Egito Antigo

A história política do Egito antigo, a partir da unificação, divide-se tradicionalmente em três fases. Entre essas fases há o que os historiadores chamam de “períodos intermediários”, em que os faraós tiveram pouco poder ou enfrentaram invasões estrangeiras.

- ✓ Antigo Império (2700-2181 a.C.) – nesse período foram construídas as grandes pirâmides de Gizé. O centro político, na maior parte do tempo, foi a cidade de Mênfis, no norte.
- ✓ Médio Império (2040-1782 a.C.) – nessa fase, a capital foi transferida para Tebas, no Alto Egito, e houve um grande desenvolvimento da escrita hieroglífica e da literatura egípcias.
- ✓ Novo Império (1570-1069 a.C.) – os faraós desse período estenderam os domínios egípcios à Palestina, à Síria e à Ásia Menor e reconquistaram a Núbia.

Você talvez questione onde se encaixam, nessa divisão, os trezentos anos que separam a unificação do Egito e o início do Antigo Império. Esse período é considerado de transição para o Egito imperial, em que os faraós, pouco a pouco, organizaram a vida política no Egito.



Pirâmides de Gizé, no Egito. Foto de 2012. As pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos formam um dos conjuntos arquitetônicos mais impressionantes da história da humanidade. Construídas para abrigar o túmulo dos faraós, atualmente são um dos locais mais visitados do mundo.

O Faraó – o Guardião do Egito

O faraó era o rei e o sumo sacerdote do Egito antigo. Era considerado um deus encarnado, escolhido por outros deuses para garantir a estabilidade no mundo. Ele estava ligado ao deus Hórus, filho dos deuses Ísis e Osíris e rei do mundo dos vivos. O faraó não deveria apenas combater os inimigos visíveis, mas tinha de estar sempre pronto para enfrentar as forças invisíveis que ameaçavam destruir o Egito.

Considerado o protetor da ordem universal, o faraó passava por muitos ritos ao longo do seu reinado.

O primeiro era a cerimônia de entronização, ao assumir o trono, quando incorporava o espírito de Hórus, que o guiaria pelo resto da vida. Outro ritual de grande importância era realizado no Festival Heb-Sed. Nessa festividade, celebrada após muitos anos de governo, o faraó passava por um ritual de morte e renascimento, que renovava suas forças e fertilizava a terra.



Detalhe do trono do faraó Tutankhamon, 1327 a.C. Museu Egípcio, Cairo. A rainha-faraó Ankhesenamon espalha óleo no colar do marido. Um disco solar ilumina a cena.

Os colaboradores do Faraó

O faraó, com sua autoridade divina, definia os objetivos do governo, comandava o exército e controlava a administração de todo o Egito. Na

prática, porém, o faraó era auxiliado por pessoas que recebiam dele o poder de celebrar os cultos e de administrar e proteger as terras do império: sacerdotes nos templos, ministros, funcionários nas províncias e generais no exército.

Até a quinta dinastia (c. 2500 a.C.), muitas dessas funções eram exercidas por membros da própria família real. Depois disso, com o crescimento do império, criou-se uma camada numerosa de burocratas encarregados de coordenar as obras públicas, cobrar impostos e cuidar dos templos e dos palácios. Os funcionários mais importantes eram o vizir, os sacerdotes e os escribas.

✓ O vizir, uma espécie de primeiro-ministro do faraó, era o mais importante funcionário do Estado.

Ele presidia o tribunal de justiça, chefiava a polícia e os assuntos externos, e controlava a arrecadação de impostos em todo o império.

✓ Os sacerdotes estavam encarregados de administrar os templos e todos os serviços religiosos.

Possuíam muitas terras e milhares de pessoas trabalhavam para eles.

✓ Os escribas se destacavam porque sabiam ler e escrever.

Eles registravam os impostos arrecadados, faziam o censo da população, dos animais e das colheitas.

As guerras travadas contra os invasores hicsos, iniciadas por volta de 1600 a.C., fortaleceram o exército e seus chefes militares. No esforço para expulsar o invasor, o governo egípcio criou um exército profissional.

Mas, enquanto os oficiais provinham geralmente das camadas mais abastadas da população egípcia, os soldados eram recrutados entre os estrangeiros.

A vida dos Camponeses

A maior parte da população do Egito era constituída de camponeses. Eles cultivavam as terras do faraó, dos sacerdotes e dos altos funcionários do Estado.

Os camponeses viviam com poucos recursos, pois apenas uma pequena parte da colheita ficava com eles.

A maior parte dos rendimentos era destinada aos donos da terra e ao faraó, como pagamento pelo uso da terra e dos impostos cobrados pelo Estado.

Vários relatos da época descrevem a vida difícil dos camponeses.

Além do trabalho duro da semeadura e da colheita, eles tinham de combater insetos, pássaros

e ratos que estragavam as plantações e manter os ladrões longe da lavoura. E nem sempre as cheias do Rio Nilo eram suficientes para irrigar e adubar o solo. Quando chovia pouco, os egípcios passavam por graves crises de fome.

Depois de tudo isso, os camponeses ainda sofriam a violência dos cobradores de impostos, que costumavam castigá-los quando não conseguiam pagar os impostos exigidos pelo faraó.

Durante a época das cheias, os camponeses eram recrutados pelo Estado para participar da construção de pirâmides, canais de irrigação e outras obras públicas. Em época de campanhas militares, eles também eram obrigados a servir o exército. Por isso, embora os camponeses egípcios não fossem escravos, também não podemos afirmar que fossem livres, no sentido que entendemos hoje.

Outros ofícios no Egito Antigo

À medida que os domínios egípcios se expandiram e a economia se desenvolveu, novas profissões apareceram.

Por exemplo, a de “carregador de sandálias”, trabalhador que levava as sandálias do faraó e uma chaleira com água para lavar seus pés; ou a de passarinho, pessoa encarregada de caçar as aves no céu.

A maior diversidade de profissões era encontrada nas cidades. Mas, no Egito antigo, a cidade não era classificada de acordo com o seu tamanho ou com a população que ela abrigava.

Um assentamento era considerado urbano se uma parte expressiva dos seus habitantes se dedicava a atividades não agrícolas, ainda que essas atividades estivessem muito ligadas ao trabalho no campo.

Dessa forma, as cidades egípcias se diferenciavam pela função que tinham. Havia cidades de pirâmides, como Gizé, que abrigavam operários que construíam as tumbas reais e sacerdotes que cuidavam do culto ao faraó morto.

Outras cidades foram construídas para ser a residência da família real. Era o caso de Per-Ramsés, na região do delta, que abrigava joalheiros, sapateiros, oleiros, padeiros, entre outros artesãos, além de escribas e sacerdotes.

Nas cidades-porto, que funcionavam como centros de comércio ou bases navais, havia mercadores, construtores de barcos, ferreiros, militares, entre outros ofícios.

Muitas dessas profissões, você deve ter notado, ainda existem nos dias de hoje, embora as técnicas, os materiais e o local de trabalho sejam diferentes.



Nas cidades egípcias havia muitos comerciantes. Como não havia moedas, os mercadores trocavam diferentes produtos.

Por exemplo, em troca do cobre e da madeira obtidos de mercadores estrangeiros, os egípcios ofereciam lentilha, trigo e linho.

Homens e Mulheres na Terra dos Faraós

A real situação da mulher no Egito antigo é objeto de muita polêmica entre os estudiosos. Há, de um lado, os que defendem que as mulheres e os homens tinham os mesmos direitos e importância social; e, de outro, os que avaliam que as mulheres estavam relegadas a uma posição secundária naquela sociedade.

Para estes autores, as poucas rainhas-faraós conhecidas só assumiram o trono porque não havia sucessores do sexo masculino.

Apesar da incerteza, os estudiosos admitem que as mulheres egípcias tinham direitos que inexistiam na maior parte das civilizações antigas. Em geral, podiam exercer os mesmos ofícios que os homens e aparecer em público sem restrições. No entanto, tudo indica que não havia uma situação homogênea entre elas.

Se as mulheres da elite gozavam de ampla proteção legal, o mesmo não acontecia com as mais pobres, como as camponesas e as artesãs. Mas estas podiam recorrer aos tribunais caso se sentissem maltratadas.

Homens e mulheres podiam adquirir bens próprios. Os casamentos podiam ser arranjados ou ocorrer por amor, mas nada indica que houvesse uma cerimônia religiosa ou jurídica, apenas uma festa para celebrar a união do casal.

É provável que os homens casassem entre os 16 e os 20 anos, e as mulheres, por volta dos 14 anos. O divórcio já existia e podia ser solicitado por ambos. As razões podiam ser várias, como adultério, incapacidade de gerar filhos ou desentendimento entre o casal.

Qual era o papel da religião para os antigos egípcios? Por que eles mumificavam os mortos?

Deuses, Faraós e seus nomes

No Egito dos faraós a religião estava presente em todos os momentos da vida. Cada cidade, cada vila e cada lar cultuavam divindades específicas, mas havia também deuses e deusas cultuados em todo o Egito.

De tempos em tempos, o deus relacionado à dinastia do faraó poderia chegar a ser uma divindade de todo o território, pois, afinal de contas, o faraó também era um escolhido dos deuses.

Os nomes dos governantes e das pessoas comuns também estavam ligados aos deuses. A maior parte de nós desconhece o significado dos nossos nomes, mas no Egito era diferente. Por exemplo: o nome Tutankhamon, do jovem faraó, significa tut=imagem, ankh=vida, amon=nome do deus. Assim seu nome pode ser traduzido como “A imagem viva do deus Amon”. Outro exemplo é o do faraó Ramsés II. Seu nome, desmembrado, significa ra=deus sol, mses=nascido. Assim podemos traduzi-lo como “Nascido por desejo de Rá”.

Os atributos dos Deuses

Por que chove tanto em alguns meses? Por que há o dia e a noite? Por que a Lua muda de fases? Questões como estas, hoje respondidas com explicações científicas, no Egito antigo tinham respostas religiosas. O deus Hapi, por exemplo, era a divindade que trazia as inundações e cobria a terra com os húmus fertilizante. As oferendas e cultos a Hapi exprimiam a esperança em um bom ano de colheita.

O Sol era representado por diversas divindades. O deus Rá (também conhecido como Amon-Rá) era o principal e mais conhecido. Hórus, com corpo de homem e face de falcão, representava o dia. As esfinges, com corpo de felino e cabeça humana, também eram representações das divindades solares. A Lua era representada pelo deus Ah e a noite pela deusa Nut.

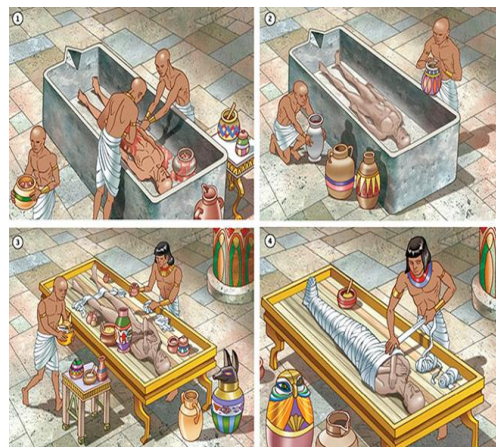
Os deuses também simbolizavam as qualidades humanas. Assim, a deusa Ísis representava a boa esposa e a mãe que cuida muito bem do seu filho (o deus Hórus). A deusa Hathor, representada por uma mulher com cabeça de vaca, tinha a capacidade de trazer prosperidade e felicidade. Ela era também a deusa do amor, por isso muitos pedidos eram feitos a essa deusa para trazer a pessoa amada.

O Mundo dos Mortos

A crença na vida após a morte era um ponto central da religião egípcia. Na visão de mundo dos egípcios havia uma relação de continuidade entre a vida terrena e o que eles chamavam de mundo inferior. A vida, para eles, era vista como uma caminhada. No momento da morte física, o coração

parava e essa caminhada era interrompida. Por isso, era necessário preparar o morto para retomar, após a morte, o caminho iniciado no mundo terreno.

O preparo do morto para renascer no mundo inferior envolvia várias práticas funerárias, que tinham como centro o ritual da mumificação. Os rituais funerários, da preparação da múmia ao enterro na tumba, tinham como função eliminar do corpo tudo que causasse corrupção e podridão e criar um corpo purificado para trilhar o caminho da eternidade.



A Escrita dos Sábios e a Escrita do Cotidiano

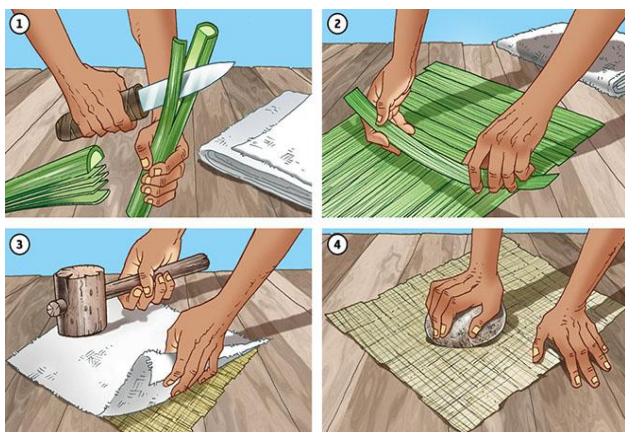
A Escrita Egípcia parece ser tão antiga quanto a suméria, mas não há certeza sobre isso. A primeira forma de escrita no Egito foi o hieróglifo, que surgiu por volta de 3300 a.C. No início, ela era pictográfica, isto é, representava objetos por meio de desenhos. Com o tempo, essa escrita passou a ser ao mesmo tempo ideográfica, contendo sinais representando ideias, e fonética, com sinais que representavam sons da fala.

A escrita hierática era uma escrita hieroglífica simplificada. O registro mais antigo dessa escrita data de meados do terceiro milênio antes de Cristo e era usada para registros cotidianos, quando se queria evitar a complexidade da escrita hieroglífica. A escrita demótica, ou popular, apareceu por volta do ano 700 a.C. Era uma escrita mais simples, que servia também para escrever cartas, fazer contas e registros.

Os egípcios usavam vários materiais para escrever.

Os hieróglifos eram usados principalmente para escrever nas paredes dos templos, em monumentos funerários e, em alguns casos, no papiro. Anotações cotidianas eram feitas em madeira e papiro, tanto na escrita hierática quanto na demótica.

Saber ler e escrever no Egito antigo era indispensável ao indivíduo que quisesse seguir uma carreira de funcionário do faraó, ser sacerdote de um templo ou mesmo general de um exército.



Muito perto do Egito

Os pesquisadores do século XIX e início do XX tinham uma visão preconceituosa sobre os povos da chamada África subsaariana, como os núbios. As antigas crenças racistas não permitiam aos estudiosos daquela época reconhecer a grandeza e a originalidade dessa civilização.

Coube aos arqueólogos contemporâneos reconhecerem o preconceito e fazerem críticas a esses estudos. Eles descobriram a riqueza da cultura núbia, que, mesmo sendo marcada pela presença egípcia, tinha sua própria história e importância.

Os povos da região da Núbia se desenvolveram entre as atuais cidades de Assuã, no Egito, e Cartum, no Sudão. Assim como o Egito antigo, a região da Núbia acompanhava o curso do Rio Nilo e as zonas de oásis. O território era rico em recursos naturais, como ouro, cobre, ferro e pedras semipreciosas. Os egípcios chamavam essa região de Cuxe.

Kerma – a primeira capital Cuxita

As evidências mais antigas de um reino organizado na região da Núbia são poços utilizados para guardar cereais datados de 2700 a.C., descobertos em uma ilha do Rio Nilo.

No decorrer dos séculos, a região transformou-se no centro de uma florescente rede de comércio que interligava, por rotas fluviais e terrestres, o Mar Vermelho, o Egito e o oeste do atual Sudão.

A cidade de Kerma foi o centro dessa civilização entre, aproximadamente, 2400 e 1570 a.C. Construída em terras irrigadas e férteis, graças aos canais do Rio Nilo, a cidade era protegida por muralhas com até 10 metros de altura e mais de 1 quilômetro de comprimento.

Lá viviam reis e altos funcionários ligados à família real, cuja riqueza provinha do comércio e da exploração de minas de ouro.

O Reino de Cuxe foi um dos principais produtores de ouro do mundo antigo.

O reino cresceu em riqueza e habitantes, em razão principalmente do comércio e da exploração

do ouro. Sua população chegou a 10 mil pessoas por volta de 1700 a.C., número pequeno para os nossos padrões, mas muito expressivo para aquela época.

O crescimento do Reino de Cuxe foi interrompido com a invasão egípcia, iniciada por volta de 1570 a.C.

Durante aproximadamente 500 anos, as rotas comerciais e as minas de ouro cuxitas ficaram sob o controle dos faraós.



Ruínas da antiga cidade núbia de Kerma, às margens do Rio Nilo, no norte do Sudão. Segundo os pesquisadores, por volta de 2200 a.C., quando uma grande seca devastou o Egito e a Mesopotâmia, o Reino de Kerma atingiu o seu esplendor.

O Artesanato de Kerma

As escavações arqueológicas realizadas em sepulturas de Kerma e de outras povoações do reino desenterraram sofisticados vasos de cor vermelha e bordas negras, um padrão típico daquela região, além de lâminas e punhais de bronze. Encontraram também móveis de madeira folheados a ouro e decorados com figuras esculpidas em mica e marfim.

Os túmulos reais eram enormes, podendo atingir 90 metros de diâmetro. Em alguns foram encontrados esqueletos de pessoas enterradas vivas para acompanhar o rei, costume adotado por algumas civilizações, como a egípcia, durante o Antigo Império. As razões dessa prática ainda não estão totalmente esclarecidas, mas se acredita que fossem crenças religiosas.

Napata – a nova capital Cuxita

Durante a dominação egípcia em Cuxe, os núbios adotaram muitos conhecimentos e costumes do Egito, como a escrita hieroglífica e as técnicas de artesanato. Muitos núbios ainda eram empregados como mão de obra nas construções e no exército do faraó.

A partir da XX e da XXI dinastias (1200-950 a.C.), disputas políticas, revoltas e fome enfraqueceram o Egito e facilitaram a fundação de um reino cuxita independente. Partindo da nova capital cuxita, a cidade de Napata, os núbios avançaram sobre o Egito e dominaram o território por quase cem anos.

Em Napata, os reis núbios ergueram estátuas, pequenas pirâmides e palácios, além de templos dedicados aos deuses. O maior templo, dedicado ao deus Amon, situava-se na montanha de Djebel Barkal, sagrada para os egípcios e os núbios.

O domínio de Cuxe no Egito começou a ruir no século VII a.C. quando os reis cuxitas foram obrigados a retornar às suas fronteiras originais em Napata. No século VI a.C. a capital cuxita deslocou-se para Méroe, mais ao sul.

As Riquezas de Méroe

Quando o assunto é pirâmide, logo vêm à nossa mente as pirâmides do Egito, não é mesmo? Porém, nas terras desérticas que vizinham o Nilo, no atual Sudão, chama a atenção um conjunto de mais de 200 pirâmides, construídas pelos núbios, e não pelos egípcios. Elas não são grandes como as do Egito, mas cumpriam a mesma função: cobrir os túmulos de reis e rainhas de Méroe, a última capital do Reino de Cuxe.

Além de construtores, os meroítas eram grandes artesãos. Eles produziam lanças, machados e enxadas de ferro, assim como objetos de cerâmica, joias de ouro e tecidos. O ouro era extraído de minas entre o Rio Nilo e o Mar Vermelho e exportado em grande quantidade para o Egito. Os agricultores cultivavam trigo, cevada, algodão, lentilha e domesticavam bois, cabras, ovelhas e carneiros.

Os meroítas também desenvolveram um comércio eficaz, ligando o Mar Mediterrâneo ao interior da África. Por suas rotas comerciais circulavam ouro, marfim, ébano, peles de leopardo, penas de avestruz, macacos e pedras para a construção de templos e pirâmides. Por volta do século III a.C., Méroe tornou-se um grande empório de produtos vindos de vários pontos da África.

Capítulo 5

Hebreus, Fenícios e Persas

Quando você compara o português, falado e escrito, com o espanhol, percebe que são línguas semelhantes. Isso ocorre porque elas têm uma origem comum, o latim. Por essa razão, são chamadas de línguas neolatinas.

No Oriente Médio também existem línguas aparentadas, que, mesmo apresentando diferenças entre si, têm a mesma raiz.

É o caso do hebraico, do aramaico e do árabe, três línguas classificadas como semitas. O nome semita deriva de Sem, figura bíblica que seria o ancestral dos hebreus, dos árabes e de outros povos antigos que falavam línguas aparentadas: fenícios, assírios, arameus, entre outros.

O hebraico moderno é a língua falada pelos judeus em Israel e ensinada em escolas judaicas de vários países, incluindo o Brasil.

A língua, a religião e os costumes dos judeus da atualidade têm sua origem nos antigos hebreus, povo semita que tem sua história muito ligada à Bíblia. Sobre os hebreus dos primeiros tempos não há esculturas, sarcófagos, pinturas, templos ou outras fontes que permitam estudá-los.

A Bíblia é a principal fonte de estudo sobre os antigos hebreus. Por isso, é um desafio para os pesquisadores separar o que é narrativa religiosa do que é evidência histórica.

Os Hebreus – tradição e história

A história hebraica tornou-se muito conhecida pelas narrativas dos cinco primeiros livros do Velho Testamento da Bíblia cristã, chamados de Torá pelos judeus e de Pentateuco pelos cristãos.

Segundo a tradição bíblica, a história do povo hebreu começou quando Abraão, obedecendo a uma ordem divina, guiou o seu povo da Mesopotâmia para Canaã, a Terra Prometida, território que corresponde à Palestina.

Para alguns especialistas, os hebreus teriam saído da Mesopotâmia no período das invasões amoritas, por volta de 1900 a.C. Outros acreditam que essa migração tenha sido motivada pela chegada dos arameus à Mesopotâmia, cinco séculos mais tarde.

De acordo com os textos bíblicos, Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacó foram os primeiros grandes chefes do povo hebreu, ou seja, os patriarcas. Por isso, o primeiro período da história do povo hebreu é chamado de período dos patriarcas. Por muitas gerações, os hebreus mantiveram-se organizados em agrupamentos familiares chamados clãs. Nos clãs, os patriarcas tinham funções religiosas, políticas e militares.



Os Hebreus no Egito

Conta a Bíblia que um período prolongado de seca em Canaã forçou o povo hebreu a migrar para o Egito, que na época era governado pelos hicsos. Após a expulsão dos hicsos, os hebreus foram acusados de colaborar com o invasor e foram escravizados pelos egípcios.

Por volta de 1250 a.C., Moisés, filho de hebreus criado pela filha do faraó, libertou seu povo do cativeiro e o conduziu de volta a Canaã. Durante a viagem, narra a Bíblia que ele recebeu de Deus, no Monte Sinai, os Dez Mandamentos, o código de leis do povo hebreu.

É difícil saber a veracidade desses relatos, pois ainda não há fontes arqueológicas nem registros escritos de outros povos, contemporâneos a esse primeiro período da história dos hebreus, que confirmem esses acontecimentos narrados na Bíblia.

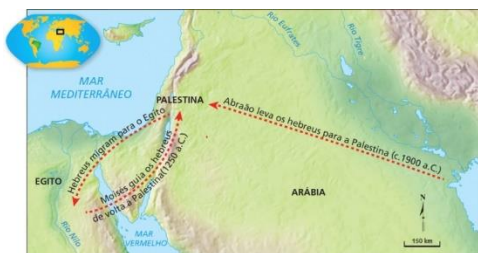
A Tomada de Canaã

É difícil determinar como os hebreus se estabeleceram em Canaã. Alguns pesquisadores, apoiados também nos relatos bíblicos, acreditam que a tomada do território foi lenta e difícil, pois os hebreus tiveram de enfrentar povos que já habitavam a região, como os cananeus.

O mais provável, para outros estudiosos, é que os hebreus, gradualmente, tenham estabelecido contatos com as comunidades locais dando origem a uma nova cultura, organizada no sistema de tribos.

Deixando de lado essa discussão, o que é possível demonstrar por meio das fontes históricas é que, por volta do século XIII a.C., a Palestina, até então habitada pelos cananeus, foi ocupada por povos nômades vindos das montanhas.

Em Canaã formaram-se doze tribos. Cada uma delas era liderada por um chefe político e militar, em geral um ancião da família mais importante. Em períodos difíceis, um líder era escolhido para exercer autoridade sobre todas as tribos, o juiz. Durante o chamado período dos juízes, as mulheres também podiam exercer a liderança das tribos.



O percurso dos hebreus da Mesopotâmia à Palestina e a viagem de ida e volta ao Egito têm como base a tradição bíblica.

Um Rei para os Hebreus

Segundo a Bíblia, a fim de reagir contra a invasão dos filisteus, no século XI a.C., os hebreus mudaram sua organização política. Os juízes foram substituídos por um rei que exercia sua autoridade sobre todas as tribos. O primeiro rei dos hebreus foi Saul ou Saulo.

Com a morte de Saul, Davi subiu ao trono e reinou de 1000 a 965 a.C. O novo rei derrotou os filisteus, conquistou a cidade de Jerusalém e a transformou na capital do reino. Na nova capital, Davi centralizou o culto ao Deus único Yahweh (Javé ou Jeová), convertendo o monoteísmo hebraico em religião do Estado.

Em Tel Dan, sítio arqueológico situado no norte do atual Estado de Israel, foi encontrado um bloco de pedra com uma longa inscrição em que aparece a expressão “Casa de Davi”.

A descoberta é considerada uma prova da existência histórica do personagem bíblico.

O auge do poder monárquico israelita deu-se no reinado de Salomão, filho de Davi. Ele reforçou o exército e estabeleceu relações comerciais com os fenícios e com reinos da Arábia e da África, expandindo o poder e a influência dos hebreus no nordeste da África e na Península Arábica.

Foi também durante o reinado de Salomão que se construiu o primeiro Templo de Jerusalém.

Salomão ordenou a construção de obras hidráulicas, como reservatórios para irrigação e aquedutos para o abastecimento de água.

Para financiar a construção de grandes obras como essas, o rei impôs ao reino altos impostos, além de recrutar parte da população para trabalhar nessas construções.

Com a morte de Salomão, em 926 a.C., seu filho Roboão assumiu o reino e manteve a política de altos impostos.

O norte rebelou-se e criou o Reino de Israel, com capital em Samaria. No sul, formou-se o Reino de Judá, que manteve sua capital em Jerusalém. Esse episódio ficou conhecido como Cisma. Após a divisão dos dois reinos, os habitantes do Reino de Judá passaram a ser conhecidos como judeus.



Estrela de Davi, um dos principais símbolos judaicos, em placa de metal do século XX. Peça do Museu de Israel, Jerusalém. Segundo a tradição, a estrela formada por dois triângulos era utilizada como emblema nos escudos dos guerreiros do exército do rei Davi



Os Hebreus sob domínio estrangeiro

Em 722 a.C. o rei assírio Sargão II conquistou o Reino de Israel, deportou sua população para os territórios assírios e levou estrangeiros para ocupar as terras conquistadas. Devido à mistura entre os israelitas e outros povos, seus descendentes foram perdendo a identidade hebraica e, assim, o reino de Israel e seu povo foram totalmente assimilados.

O Reino de Judá resistiu por mais tempo aos ataques de outros povos. Em 587 a.C., os babilônios, comandados pelo rei Nabucodonosor, conquistaram o Reino de Judá. O Templo de Jerusalém foi destruído e os hebreus foram levados como prisioneiros. Esse episódio ficou conhecido como o Cativo da Babilônia.

Quando os persas conquistaram a Babilônia, em 538 a.C., autorizaram os judeus a regressar à sua terra e reconstruir o Templo de Jerusalém. Contudo, eles foram novamente submetidos a potências estrangeiras, primeiro por Alexandre da Macedônia, no século III a.C., e depois pelos romanos. Sob o domínio de Roma, a região transformou-se, inicialmente, no principado da Judeia e, mais tarde, na província da Judeia.

Os judeus resistiram ao domínio de Roma. No ano 70 d.C., os romanos aniquilaram uma grande revolta judaica, saquearam e destruíram o Templo de Jerusalém e expulsaram os judeus da região. A maior parte deles espalhou-se então por vários domínios romanos. Esse movimento de dispersão geográfica ficou conhecido como Diáspora (ou a Grande Diáspora).



Vista da cidade velha de Jerusalém, mostrando, no centro, fiéis orando no Muro das Lamentações. Foto de 2012. Apenas o muro ocidental do segundo Templo de Jerusalém resistiu aos ataques romanos. As ruínas ficaram conhecidas como Muro das Lamentações porque, no local, os judeus costumavam lamentar a destruição de seu templo. Ainda hoje, o local é o principal centro de peregrinação para o povo judeu.

A Terra e o Trabalho

Os hebreus que habitavam as terras mais férteis eram sedentários: cultivavam trigo, cevada, lentilhas, pepinos, cebolas, oliveiras, videiras e figueiras. Também era comum a criação de abelhas. Nas terras mais pobres, a população era nômade e praticava o pastoreio de ovelhas e cabras. Era comum serem vistos grupos de homens vagando com seus rebanhos em busca de pastagens.

A cidade era o centro da civilização fundada pelos hebreus. Na época dos reis Davi e Salomão, as principais cidades eram Jericó, Jerusalém e Samaria. Nelas havia muitos artesãos que desempenhavam diferentes tipos de trabalho, como de ourives, carpinteiros e ceramistas. As cidades abrigavam também mercadores que comercializavam com o Egito, a Síria e as ilhas gregas. De fora vinham estanho, chumbo, ouro, cobre, linho, madeira e cavalos. Os hebreus, por sua vez, forneciam lã, frutas, nozes, azeite, mirra e outras resinas aromáticas.

A Vida e o Trabalho

A família hebraica era patriarcal, ou seja, o homem tinha autoridade sobre a esposa e os filhos. Apenas nos primeiros tempos se admitia a poligamia, isto é, que um homem tivesse várias esposas.

Naquela sociedade, ter descendentes era o maior desejo dos homens, pois os filhos eram considerados sinal de bênção. Assim, caso a esposa não tivesse filhos, o marido podia separar-se dela.

Quando um homem casado morria sem deixar filhos, um de seus irmãos era obrigado a casar-se com a viúva para gerar descendentes do irmão morto.

O Monoteísmo Hebraico

Diferentemente dos demais povos do Oriente na Antiguidade, os hebreus eram monoteístas, ou seja, acreditavam na existência de um deus único, Yahweh (Javé ou Jeová).

A base de sua crença estava na Torá, os cinco primeiros livros da Bíblia, que contém os 613 mandamentos para a vida judaica. Entre eles, estão os Dez Mandamentos, que são considerados uma síntese das leis de Deus. Segundo a tradição hebraica, essas normas foram confiadas por Deus a Moisés, no Monte Sinai, durante o retorno a Canaã após o fim da escravidão no Egito.

Os mandamentos da Torá abrangiam praticamente todos os aspectos da vida dos hebreus, como a família, o trabalho, a alimentação e as obrigações religiosas, entre outros.

Hoje, passados mais de 2 mil anos da Grande Diáspora dos judeus e de sua dispersão por

territórios da África, da Europa e da Ásia, as leis da Torá continuam sendo a base do monoteísmo judaico. Como explicar essa continuidade da religião e da cultura do antigo povo de Israel?

Segundo estudos de linguistas e historiadores, os judeus, dispersos por vários territórios, encontraram na religião e em rituais de preservação da memória meios para não perder sua identidade e manter o sentimento de compartilhar um passado comum. Para isso, a língua foi essencial. O hebraico foi preservado como a língua dos textos sagrados e dos estudos, enquanto o ídiche e o ladino se transformaram nas línguas do cotidiano, servindo para preservar a identidade e a unidade cultural do povo judeu.

Quem eram os Fenícios

A cultura fenícia começou a desenvolver-se por volta do século XIV a.C. Os fenícios eram um povo de origem semita que se estabeleceu em uma faixa estreita de terra entre o Mar Mediterrâneo e as montanhas do atual Líbano. A região era uma área estratégica: servia de passagem para importantes rotas comerciais ligando a Ásia Menor (Anatólia) ao Egito e a Mesopotâmia ao Mediterrâneo.

As altas montanhas dificultavam o acesso dos fenícios ao interior do continente e restringiam a agricultura a uma parte pequena e fértil do território. Com escassas possibilidades de sobrevivência e enriquecimento em terra, os fenícios se lançaram ao mar. Para isso acontecer, eles foram favorecidos pela natureza da região. O cedro, abundante nas florestas fenícias, possibilitou a construção de navios leves e resistentes.

Com excelentes embarcações e conhecimentos astronômicos, os fenícios tornaram-se grandes navegadores da Antiguidade. Eles navegavam inclusive durante a noite, guiando-se pela Estrela Polar, na constelação da Ursa Menor. Por isso, essa estrela era conhecida no mundo antigo como Estrela Fenícia.

Além de hábeis navegadores e construtores de navios, os fenícios eram excelentes artesãos. Eles adquiriam matérias-primas por um preço muito baixo e com elas produziam peças que eram vendidas como artigos de luxo. Os fenícios produziam vidros, tecidos tingidos, joias, móveis em madeira, peças em marfim, perfumes e objetos em metal. Esses produtos eram comercializados com diversos povos do mundo antigo, atividade que possibilitou um grande intercâmbio cultural entre os fenícios e outras civilizações do período.

As Cidades-estados e as Colônias Fenícias

As condições geográficas do território fenício, marcadas pela presença de montanhas, contribuiu para a formação de núcleos urbanos isolados uns

dos outros. Esse isolamento geográfico ajuda a explicar por que os fenícios não formaram um Estado centralizado como aconteceu no Egito. Grandes cidades se desenvolveram de forma independente. Apesar de compartilharem a mesma origem, a mesma língua e a mesma cultura, as cidades fenícias eram política e economicamente autônomas, por isso são chamadas de cidades-estados.

Cada cidade-Estado fenícia tinha seu próprio rei, que acumulava funções políticas e religiosas. Existem evidências históricas de que, em algumas cidades, o rei era auxiliado por um conselho de anciãos. Como os comerciantes eram muito ricos, acredita-se que eles também exerciam algum tipo de influência no governo das cidades.

As principais cidades-estados fenícias eram Árado, Biblos, Beritus (Beirute), Sídon e Tiro. O território administrado por cada cidade incluía o núcleo urbano principal, algumas vilas menores, as áreas de cultivo e de criação de animais, além das florestas, de onde extraíam a madeira. As oficinas fenícias ficavam próximas aos portos, de onde suas mercadorias eram transportadas para as mais diversas regiões.

No final do segundo milênio a.C., com o aumento do comércio de artefatos de metais, a atividade comercial marítima dos fenícios aumentou consideravelmente. Por volta de 1000 a.C., os fenícios ampliaram suas rotas por todo o Mar Mediterrâneo, chegando ao Oceano Atlântico. Ao longo dessas rotas, eles fundaram várias colônias no norte da África, na Sicília, na Sardenha e na costa da Espanha. Nesses locais, eles adquiriam matérias-primas como metais, além de cereais e escravos.

O Alfabeto Fenício

Você utiliza as redes sociais para se comunicar? Já reparou que durante as conversas virtuais as pessoas usam uma forma de escrita diferente? A linguagem virtual está carregada de abreviações, emoticons (etc.) e outros símbolos que visam tornar a comunicação mais ágil. Da mesma forma, os fenícios precisavam de um código de comunicação escrita que facilitasse suas atividades, principalmente o comércio. Isso os levou a adaptar conhecimentos de outros povos para desenvolver o alfabeto, um conjunto de sinais que representam os sons de uma língua.

O alfabeto fenício tinha 22 sinais que representavam as consoantes. Ao serem usados para escrever, os sinais eram alinhados da direita para a esquerda. Por volta do ano 1000 a.C., o alfabeto fenício se difundiu pelas regiões ocidental e oriental do Mediterrâneo. Ao chegar à Grécia, foi ampliado com a adição das vogais. Mais tarde, a combinação do alfabeto fenício com o grego e o

etrusco foi adaptada pelos romanos para desenvolver o alfabeto latino. Modificado ao longo de vários séculos, é esse o alfabeto utilizado hoje para escrever a língua portuguesa e a maior parte das línguas ocidentais.

Infelizmente, poucos escritos fenícios são conhecidos atualmente. Acredita-se que a inexistência desses registros se deva ao fato de os textos terem sido escritos em papiro, material de origem orgânica que se deteriora rapidamente.

A Religião Fenícia

Os fenícios eram politeístas, ou seja, cultuavam vários deuses. Na língua fenícia, deus era *el* e deusa era *elat*. Mas *El* também era usado para indicar um deus específico, o pai dos deuses.

Os fenícios ofereciam sacrifícios de animais aos deuses. Há registros de sacrifícios de crianças também. Geralmente, os rituais religiosos eram realizados ao ar livre em regiões elevadas das cidades.

Cada cidade fenícia tinha um deus principal, ou casal de deuses, que eram os protetores da cidade. Por exemplo, em Tiro a divindade principal era Melkart, e em Sídón cultuava-se o deus Eshmun.

Uma das principais fontes para o estudo da religião fenícia são as inscrições encontradas na cidade de Ras Shamra, no norte da Síria, território da antiga cidade fenícia de Ugarit.

A Construção do Império Persa

Por volta de 2000 a.C., grupos humanos de origem indo-europeia se instalaram numa região de terras férteis entre a Mesopotâmia, a Índia e o Golfo Pérsico. Com o tempo, esses grupos formaram dois povos, os medos e os persas.

Os medos se fixaram próximo aos Montes Zagros, no norte do Planalto do Irã. Eles viviam da agricultura e do pastoreio, dominavam a metalurgia do cobre, do bronze e do ouro. Os persas, por sua vez, ocuparam territórios menos férteis ao sul e desenvolveram principalmente atividades comerciais.

No início do século VII a.C., os medos já haviam estabelecido um reino e dominavam inúmeros povos, entre eles os persas.

Por volta de 550 a.C., o rei persa Ciro II derrotou os medos e unificou os dois reinos. Com um exército de 300 mil homens, ele conquistou os reinos da Lídia e da Babilônia, além de cidades gregas na Ásia Menor.

Ciro, conhecido por ser bom administrador e guerreiro, era respeitado pelos persas e por outros povos. Os gregos o chamavam de “grande legislador”, e os judeus, de “o ungido de Deus”. As regiões dominadas pelo exército persa podiam

manter sua religião e seus costumes. Com a morte de Ciro, em 530 a.C., seu filho Cambises o sucedeu no trono e prosseguiu com a expansão do império conquistando o Egito.



Turistas visitam as ruínas da antiga cidade de Persépolis, capital do Império Persa. Atual cidade de Shiraz, no Irã. Foto de 2009.

O Governo de Dario

Após a morte de Cambises II, em 522 a.C., Dario I assumiu o comando do império. Em seu reinado, os domínios persas atingiram a máxima extensão, indo da Trácia, no Ocidente, até as margens do Rio Indo, no Oriente.

Em seu governo, Dario implantou importantes medidas para estimular a economia e tornar a administração do império mais eficiente:

- ✓ Dividiu o império em satrapias (regiões administrativas), controladas por um sátrapa, uma espécie de governador escolhido pelo rei.
- ✓ Criou uma moeda única, o dário, impedindo que as satrapias tivessem suas próprias moedas.
- ✓ Ordenou a construção de uma grande rede de estradas.

As medidas tomadas por Dario facilitaram a administração do império e propiciaram maior circulação de produtos e informações entre as diversas províncias.

O Sistema de Correio Persa

Durante o governo de Dario I, a manutenção periódica das estradas garantiu que o sistema de correio persa se tornasse um dos mais eficientes do mundo antigo. Alguns serviços essenciais foram providenciados para garantir as boas condições do transporte:

- ✓ Ao longo das principais rotas, existiam, a cada 25 quilômetros, postos de parada para descanso dos mensageiros e dos cavalos.
- ✓ Uma rede de hospedarias construídas ao longo da Estrada Real, com distância de um dia de viagem entre uma e outra.
- ✓ Sete postos com balsas para a travessia de rios.

Impressionado com o correio persa, o grego Heródoto escreveu: “Nada impede que eles cumpram a sua missão no menor tempo possível – nem neve, chuva, calor nem escuridão”.

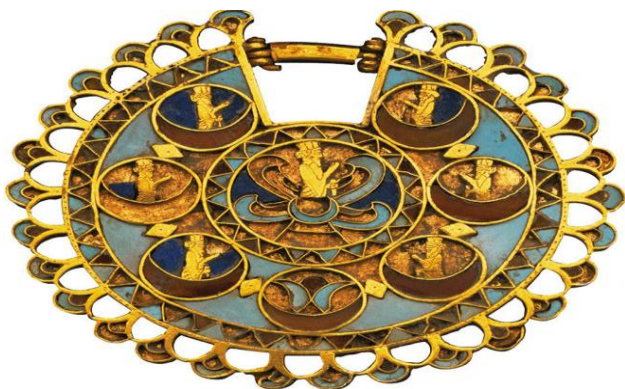
A Sociedade Persa

A sociedade persa dividia-se em três grupos: os nobres, que controlavam a terra e a administração palacial; os sacerdotes ou magos, respeitados por sua riqueza e sabedoria; e os camponeses, que sobreviviam da agricultura e do pastoreio nas terras dos nobres e do rei.

O comércio era a principal atividade econômica dos persas e alcançava terras tão distantes como Egito, Fenícia, Chipre, Índia e a costa do Mar Negro. O artesanato persa era muito valorizado, especialmente tecidos, armas, objetos esmaltados e joias.

A principal religião era o zoroastrismo, fundado no século VI a.C. por Zaratustra, também conhecido como Zoroastro. Para os zoroastristas, existiam duas forças opostas que lutam entre si: Ahura-Mazda, o criador benéfico, e Arimã, o destruidor.

Segundo o zoroastrismo, os dois deuses estavam eternamente em conflito. Cabia aos homens praticar boas ações para que Ahura-Mazda prevalecesse. O zoroastrismo é considerado uma das primeiras religiões da história a exigir dos fiéis uma conduta moral.



Brinco persa, do século VI a.C., confeccionado em ouro e pedras preciosas. Museu de Belas Artes de Boston, Estados Unidos. As joias representam uma das grandes expressões da arte persa.

Capítulo 6

A Civilização Grega

Você já deve ter ouvido falar da Grécia antiga, local onde viveram grandes pensadores, como Platão e Aristóteles, e onde surgiram a democracia, as olimpíadas e a filosofia. Mas a Grécia não era, como hoje, um país, embora todos os seus habitantes falassem a mesma língua, o grego.

A Grécia antiga era um conjunto de cidades independentes espalhadas pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Egeu numa vasta região chamada de Hélade pelos gregos. As cidades gregas localizavam-se em campos férteis, mas separadas por montanhas difíceis de atravessar. Por isso, o principal contato entre elas se estabelecia pelo mar, em um litoral formado por um grande número de baías, golfos e portos naturais. Essa característica geográfica explica a importância que a navegação, a pesca e o comércio marítimo tiveram para os antigos gregos.

A maior parte dos povos gregos vivia na região dos Bálcãs, no sul da Europa. Esse território podia ser dividido em três partes: a Grécia continental, onde ficavam grandes cidades como Atenas e Tebas; a Grécia peninsular, dominada por Esparta; e a Grécia insular, onde estavam as ilhas de Creta e Delos, entre outras.

As terras situadas além desses limites eram habitadas por povos que não falavam o grego e eram chamados de “bárbaros” pelos helenos. A palavra era uma referência aos sons das suas línguas, que eram ouvidos pelos gregos como balbucios (“bar-bar-bar”). As terras dos bárbaros eram usadas para pilhagem e comércio de alimentos, metais e escravos.

A Grécia antes dos Gregos

Você pode estar se perguntando: como é que habitantes de cidades tão distantes podiam falar a mesma língua? Na verdade, os gregos não viveram sempre assim, espalhados. Sua cultura surgiu na Península Balcânica e dali se difundiu para outras regiões, num processo que durou muitos séculos e envolveu diferentes povos.

Antes de as primeiras evidências de uma cultura grega surgirem na região, existia, na parte insular da Grécia, uma grande civilização. Ela tinha como centro a Ilha de Creta, por isso ficou conhecida como civilização cretense.

Enquanto os cretenses erguiam em Creta luxuosos palácios, povos nômades começaram a migrar para os Bálcãs. O primeiro deles, o aqueu, se estabeleceu na região do Peloponeso. O centro dessa nova sociedade eram os palácios da cidade de Micenas. Por isso, a civilização criada pelos aqueus ficou conhecida como micênica.

Os micênicos desenvolveram o comércio marítimo e adotaram também uma forma de governo centrada no poder de dois reis, que governavam cada qual em seu palácio. A escrita micênica, preservada em tabuinhas e vasos de cerâmica, é um dialeto grego.

Os palácios micênicos foram destruídos por volta de 1200 a.C. É possível que dificuldades econômicas, terremotos, somados à chegada dos dórios, tenham provocado o fim dessa civilização. No mesmo período em que os dórios se estabeleciam em Creta e na Grécia peninsular, os jônios e os eólios ocupavam a Grécia continental. Aqueus, dórios, jônios e eólios, povos indo-europeus, deram origem aos gregos.

A Grécia Pós-Micênica e o nascimento das Poleis

A sociedade que se formou entre os séculos XII e VIII a.C. era muito diferente da micênica. As novas comunidades estavam organizadas em famílias que incluíam escravos, animais, terras e casas, chamadas de oikos.

O governo era exercido por uma assembleia composta de membros das famílias nobres, que cuidavam das leis, da administração, da justiça e da defesa do território. Nessas assembleias, seus membros tinham direito à fala e ao voto.

A partir do século VIII a.C., o crescimento da população grega estimulou o ressurgimento do comércio e o aparecimento de várias cidades, isoladas umas das outras. Chamadas de polis pelos gregos (poleis, no plural), cada uma delas transformou-se num Estado independente, com leis e governo próprios. Por isso, elas também são conhecidas como cidades-Estado.

Ainda que fossem governadas por reis, as poleis permitiam que seus cidadãos (politikos) interferissem nos assuntos do governo. A discussão e participação dos cidadãos nas decisões sobre os rumos da pólis deu origem à palavra política, utilizada por nós até hoje. Nas primeiras poleis, porém, apenas os aristocratas tinham cidadania, ou seja, o direito de participar da vida política da cidade.

A Expansão Grega

Na Grécia, por volta dos séculos IX e VIII a.C., a população cresceu rapidamente, e as terras agrícolas tornaram-se insuficientes para o sustento das pessoas.

Enquanto os aristocratas ficavam com mais terras, os camponeses pobres se viam obrigados a trabalhar para eles. Muitos camponeses, endividados, tornavam-se escravos. Essa situação gerou fortes tensões sociais.

A saída encontrada para diminuir as pressões sociais foi ocupar terras ao longo do Mar

Mediterrâneo e do Mar Negro. Assim, entre os séculos VIII e VI a.C., os gregos fundaram colônias no sul da Europa, no norte da África, na Ásia Menor e na costa do Mar Negro.

A expansão colonial grega estimulou o comércio marítimo e a utilização de moedas, que passaram a ser cunhadas pelas diversas cidades gregas.

Os gregos não foram os primeiros a usar metais preciosos nas trocas comerciais, mas tiveram um papel fundamental na difusão do uso e da cunhagem de moedas, dando-lhes o formato arredondado que elas preservam até hoje.

✓ Como se organizavam as cidades-Estado de Atenas e Esparta?

✓ Quais eram as principais diferenças entre elas?

Esparta: a Polis Guerreira

Entre os séculos VII e VI a.C., a pólis de Esparta exerceu hegemonia sobre as demais cidades gregas e tornou-se modelo para elas.

A polis de Esparta tem sua origem com a chegada dos dórios à Península do Peloponeso. Eles dominaram toda a região, se apropriaram das melhores terras e fundaram a cidade de Esparta. Seus descendentes, chamados de esparciatas, controlavam as instituições políticas da cidade e se dedicavam às atividades militares durante a maior parte da vida.

A educação em Esparta era mais rígida que em outras poleis gregas. Os cidadãos eram submetidos às mais duras provas desde a infância. Aos 7 anos de idade, os meninos espartanos passavam a viver em quartéis. Lá se dedicavam ao exercício militar e se habituavam a suportar a dor, a fome e o frio.

Após o período de treinos, os jovens espartanos eram submetidos a um ritual de passagem. Os que não fossem considerados aptos para a guerra eram rebaixados para uma condição inferior. Voltados para a guerra, os cidadãos espartanos sobreviviam basicamente dos produtos cultivados em suas terras.

Você talvez se pergunte: se os esparciatas viviam para a guerra, quem produzia alimentos e outros bens necessários à sobrevivência da população? Essa tarefa era exercida pelos hilotas, antigos habitantes da região que foram dominados pelos dórios e transformados em servos. Eles não tinham direitos políticos, eram obrigados a cultivar a terra dos esparciatas e a entregar a eles parte do que produziam.

Os habitantes dos arredores de Esparta formavam um grupo de homens livres chamados periecos. Eles se dedicavam à agricultura, ao artesanato e ao comércio e, como os hilotas, não tinham direitos políticos.



Monumento em homenagem ao guerreiro espartano Leônidas, na entrada do estádio de Esparta, na Grécia atual.

A Oligarquia Espartana

Como os espartanos governavam a cidade? Em Esparta, apenas os esparciatas tinham direitos políticos, e somente os membros das famílias mais importantes podiam ser eleitos para as funções de comando. Por isso o regime político de Esparta é chamado de oligárquico (olígos, poucos; arkhé, governo).

Esparta, ao contrário de outras cidades gregas importantes, preservou a monarquia. Na cidade, dois reis comandavam o exército e cuidavam das tarefas sacerdotais. As leis eram formuladas pela Gerúsia, um conselho formado pelos dois reis e 28 cidadãos maiores de 60 anos. Um comitê de cinco cidadãos, os éforos, era eleito todo ano pela assembleia para supervisionar as atividades políticas e julgar crimes importantes.

Os cidadãos maiores de 20 anos podiam participar da Ápela, assembleia que se reunia periodicamente para votar as leis propostas pela Gerúsia. Mas o poder da assembleia era limitado; quem comandava a cidade, de fato, eram os dois reis e os 28 anciãos da Gerúsia.

Atenas – a fase aristocrática

Enquanto Esparta se estruturava como uma sociedade oligárquica e fortemente militarizada, mais ao norte, na região da Ática, a polis de Atenas desenvolveu um modelo de cidade bem diferente.

Até o século VI a.C., Atenas foi governada por uma aristocracia de grandes proprietários rurais, que elegiam, entre si, magistrados encarregados de comandar o exército e fazer cumprir as leis.

Os aristocratas também possuíam muitos escravos, em sua maioria prisioneiros de guerra e seus descendentes. Trabalhando nas minas, na agricultura, no artesanato e nas tarefas domésticas, os escravos possibilitavam que os homens ricos e livres se dedicassem à política e ao ócio.

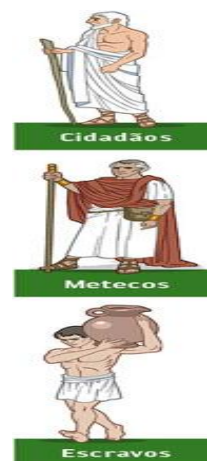
O restante dos atenienses compunha o demos, que compreendia os camponeses, os artesãos e os comerciantes.

Havia ainda os metecos, como eram chamados os estrangeiros e seus descendentes. Excluídos da vida política, esses grupos foram, pouco a pouco, demonstrando seu descontentamento com o governo aristocrático.

✓ **Cidadãos** – camada social constituída pelos homens adultos e livres, filhos de mãe e pai atenienses. Ricos e pobres podem participar da vida política na cidade.

✓ **Metecos** – estrangeiros que viviam em Atenas. Trabalhavam como comerciantes, artesãos ou praticando empréstimos a juros.

✓ **Escravos** – prisioneiros de guerra ou filhos de escravos. Trabalhavam nas minas, nos campos e no artesanato.



O Nascimento Democracia

No início do século VI a.C., os conflitos entre o demos e a aristocracia caminhavam para uma guerra civil. Para conter as tensões sociais, o magistrado Sólon foi escolhido pelos atenienses para reformar as leis da cidade.

Entre as medidas tomadas por ele, destacam-se o fim da escravidão por dívidas e a criação de um tribunal popular. Sólon também instituiu uma assembleia chamada Eclésia, da qual podiam participar todos os cidadãos atenienses maiores de 18 anos, e a Bulé, um conselho de 400 homens eleitos que preparavam as leis a serem votadas pela assembleia.

Apesar das reformas, o poder permaneceu concentrado nas mãos dos magistrados e as reivindicações do demos continuaram. As camadas médias e baixas da população continuaram sem participar plenamente da política, pois a Eclésia quase nunca se reunia.



Vista da acrópole de Atenas, na Grécia.

Somente com Clístenes, eleito magistrado em 509 a.C., o governo de Atenas passou de fato a ser exercido pelo demos, e a democracia foi implantada na cidade. A Eclésia adquiriu plenos poderes em Atenas e passou a opinar sobre todos os assuntos. A Bulé passou de 400 para 500 membros, os quais não eram mais eleitos, e sim sorteados entre todos os cidadãos gregos.

A democracia ateniense baseava-se na noção de cidadania, que permitia a uma pessoa participar das decisões políticas da polis. Mas em Atenas somente os homens adultos, filhos de pais atenienses, eram cidadãos e, portanto, podiam votar nas assembleias e ser magistrados. Mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos.

A Educação em Atenas

Em Atenas, como em outras cidades gregas, meninos e meninas eram educados de maneiras diferentes. Os meninos das famílias mais ricas aprendiam a ler, a escrever, a recitar poemas e a cantar ou tocar algum instrumento musical. Quem os acompanhava nos estudos era um pedagogo, que geralmente era um escravo.

A partir dos 15 anos de idade, somente os garotos de condição abastada frequentavam o ginásio, onde praticavam exercícios físicos e discutiam questões políticas e filosóficas. Depois dos 20 anos, o jovem tinha mais dois anos de preparação militar, momento em que se tornava cidadão e estava preparado para atuar na vida pública.

Entre as meninas, a educação era um aprendizado para a vida doméstica. Para isso, elas aprendiam a fiar, a tecer e a cozinhar, além de se preparar para a maternidade brincando com bonecas. Por volta dos 15 anos de idade, participavam de cerimônias religiosas que as tornavam aptas para o casamento.



Professores e alunos representados em vaso grego com figuras vermelhas, c. 480 a.C. Museu Staatliche, Berlim.

As Crenças Religiosas na Grécia Antiga

As poleis gregas, como Esparta, Atenas, Tebas, Mileto, Corinto, Delfos e Olímpia, possuíam formas de governo, leis e costumes muito diversos, e algumas vezes até guerreavam entre si. Duas coisas, porém, eram compartilhadas por todas elas: seus habitantes falavam o mesmo idioma (o grego) e cultuavam deuses em comum, embora cada cidade tivesse seus próprios deuses protetores.

Assim como outros povos da Antiguidade, os gregos eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses. Suas características eram semelhantes às dos humanos: viviam e se comportavam como eles, manifestando as mesmas qualidades e defeitos, alegrias e sofrimentos. A diferença é que não envelheciam, não adoeciam e eram imortais, além de muito poderosos.

Cada um dos deuses gregos estava associado a um aspecto da natureza ou da vida humana. Zeus comandava os céus, enquanto Poseidon reinava sobre os mares e Hades sobre o mundo dos mortos. Desses três irmãos, descendiam várias outras divindades gregas: Afrodite, deusa da beleza e da fertilidade; Atena, deusa da sabedoria; Apolo, deus das artes; Dioniso, deus do vinho; entre outros. Os deuses gregos se relacionavam com os humanos, com quem podiam ter filhos. Da união entre um deus e um mortal nasciam os heróis.

Para aconselhar-se com os deuses, os gregos consultavam os oráculos, sacerdotes que tinham o poder de se comunicar com os deuses. A palavra oráculo indica, também, o templo onde essas consultas eram realizadas. O mais famoso oráculo da Grécia ficava na cidade de Delfos e era constantemente consultado pelos gregos antes de iniciarem uma guerra, de fazerem uma viagem ou mesmo de tomarem decisões na vida pessoal.

Os Mitos

Você já deve ter ouvido várias vezes a expressão mito. Hoje essa palavra é empregada muitas vezes para designar histórias inventadas ou fantasiosas. Mas não era esse o sentido que o termo mito tinha para os antigos gregos. Para eles, mito era uma narrativa transmitida por meio da palavra, de autoria desconhecida e aceita pela coletividade.

Sendo parte do imaginário coletivo, podemos dizer que o mito grego era produto de uma tradição popular que tinha origem em um passado distante e indeterminado. O mito podia ser modificado, ampliado ou simplificado pelos poetas-cantores, os aedos, que contavam essas histórias para o público.

Os mitos gregos procuravam explicar a origem do universo, da natureza e dos deuses. Explicavam também a condição humana, seus sentimentos, sua conduta e o caráter inevitável da morte. Por tratarem de questões universais como o amor, a inveja, o medo ou a morte, até hoje essas histórias nos fascinam e nos emocionam.

A história contada pelo mito referia-se a acontecimentos e personagens do passado, centrada nas aventuras de deuses e heróis. Filhos de deuses com humanos, os heróis, mesmo sendo mortais, tinham grandes poderes. Era o caso de Heracles, mais conhecido pelo nome latino de Hércules. Após matar seus filhos e sua esposa em um acesso de loucura, o famoso herói foi condenado pelos deuses a realizar doze tarefas extremamente difíceis. A pintura abaixo refere-se a uma delas.



Pintura de Albrecht Dürer (1471-1528) representando Hércules e as aves do Lago Estínfalo. Museu Kunsthistorisches, Viena. O herói liquidou, com suas flechas envenenadas, as gigantescas aves de asas, cabeça e bico de ferro que bloqueavam a luz do Sol.

Rituais e Festividades Religiosas

Em nosso calendário existem várias festividades relacionadas ao cristianismo, que, atualmente, é a religião com o maior número de adeptos no mundo. Você sabe citar algumas?

Os habitantes da Grécia antiga também realizavam festividades em homenagem aos seus deuses ou para marcar momentos importantes da sua vida. Alguns cultos eram privados, como os realizados diante de altares domésticos, nos quais eram feitas oferendas e libações (derramamento de líquidos). Outros eram públicos, como os sacrifícios, rituais em que animais domésticos eram mortos e oferecidos aos deuses, e as procissões. Uma das mais famosas era a realizada a cada quatro anos na

cidade de Atenas, em homenagem à deusa que dava nome à cidade.

Certos rituais eram tão longos e animados que se transformavam em verdadeiras festividades, como era o caso dos Jogos Olímpicos. Realizados a cada quatro anos na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus, os Jogos Olímpicos duravam vários dias e reuniam atletas de todas as cidades gregas.

Ao longo da competição, eram disputadas provas de corrida, salto, arremesso de disco, luta, arremesso de dardo, entre outras. Ao final das provas, os vencedores recebiam coroas de louro.

Os jogos eram tão importantes que até mesmo as guerras eram suspensas para que os gregos pudessem competir ou assistir às competições. A ideia de que as competições esportivas eram mais importantes do que as guerras inspiraram a criação dos Jogos Olímpicos modernos.

Teatro – a Educação pelo Drama

O teatro, da forma como conhecemos hoje, é uma invenção grega. Inicialmente era um ritual religioso organizado por populações rurais gregas, no qual um coro de sátiros cantava em honra a Dioniso, deus do vinho. Daí a origem da palavra tragédia, que vem de tragos (bode) e ode (canto).

No século VI a.C., esses rituais foram levados para Atenas, inaugurando as Grandes Dionisiacas, festivais de coros que disputavam competições. Os atenienses introduziram a representação de falas e atos de personagens por meio de gestos e expressões faciais.

O principal gênero dos espetáculos teatrais era a tragédia. Sua narrativa estava centrada no conflito entre a vontade humana, representada pelos heróis, e a vontade divina, representada pelos deuses.

Ao despertar no público o terror e a piedade, a tragédia o purificava e o educava para a vida. Os dramaturgos gregos mais importantes foram Eurípedes (autor de *Medeia*), Ésquilo (autor de *Prometeu acorrentado*) e Sófocles (autor de *Édipo rei*).

A comédia surgiu depois da tragédia. Ela provocava o riso, ridicularizando os vícios da população, dos governantes, dos artistas e até mesmo dos deuses.

A comédia manifestava a capacidade da polis de rir de si mesma. O grande autor de comédias do século V a.C. foi Aristófanes (autor de *A assembleia das mulheres*).

Quando iam ao teatro, os gregos viam seus próprios conflitos representados no palco. Identificando-se com os personagens, rindo ou sofrendo com eles, o público refletia sobre suas

próprias atitudes no dia a dia. Por isso, o teatro era considerado parte da educação dos gregos.

Ele era tão importante que, durante as Grandes Dionisíacas, o comércio era fechado e os tribunais deixavam de funcionar.

Com exceção dos escravos, todas as pessoas podiam assistir aos espetáculos, devendo pagar ingresso. As mulheres não atuavam nas peças. Os homens, ao representar papéis femininos, usavam máscaras.



Ruínas do Teatro de Dioniso, em Atenas, na Grécia. Foto de 2011. Embora as encenações teatrais fossem realizadas desde o surgimento das poleis, a maioria dos espaços para as apresentações só surgiu a partir do século V a.C. Os teatros eram construídos ao ar livre, na forma de um leque, e podiam abrigar mais de 10 mil pessoas.

Escultura – em busca das formas perfeitas

A escultura é, sem dúvida, a mais conhecida e estudada manifestação artística grega. As primeiras esculturas começaram a ser produzidas em grande quantidade com o surgimento das poleis. Eram feitas de pedra, e suas formas rígidas se pareciam com as das antigas esculturas egípcias. O tema mais importante representado nas esculturas era o corpo humano, principalmente o masculino.

Com o passar do tempo, os artistas gregos começaram a representar as formas humanas buscando o máximo realismo possível.

Passaram a usar o bronze e o mármore, materiais que permitiam criar superfícies mais lisas e com grande riqueza de detalhes.

As estátuas agora davam a impressão de movimento, e as curvas tornaram-se mais suaves. A intenção era criar obras que tivessem as mesmas proporções do corpo humano.



Escultura em bronze grega representando possivelmente Poseidon ou Zeus, século V a.C. Museu Arqueológico Nacional, Atenas.

Os templos representam a mais forte presença da Arquitetura Grega na sociedade contemporânea. Esses edifícios abrigavam a estátua de um deus e serviam como moradia terrena para a divindade.

Os templos não eram locais de culto, pois as orações e os sacrifícios eram feitos nos altares, que normalmente ficavam do lado de fora do edifício. Por isso, essas construções eram concebidas para serem vistas do exterior, provocando grande impacto por sua grandiosidade e pelo equilíbrio de suas formas.

Segundo o historiador da arte Ernst Gombrich, uma das principais características dos templos gregos eram suas dimensões humanas. Embora fossem imponentes, eles não faziam os homens se sentirem minúsculos ao seu lado.



Ruínas do Partenon, em Atenas, na Grécia. O Partenon, erguido em homenagem à deusa Atena, é o mais famoso templo da Grécia. Construído em mármore no século V a.C., ele continha em seu interior uma estátua de Atena de onze metros de altura. Como nos demais templos gregos, somente os sacerdotes tinham acesso ao seu interior.

A Guerra do Peloponeso e a Conquista da Macedônia

Vimos que, ao final das Guerras Greco-Pérsicas, a cidade de Atenas tornou-se a polis mais poderosa de toda a Grécia, liderando uma aliança de cidades conhecida como Liga de Delos.

Descontentes com a hegemonia ateniense, os espartanos reuniram outras poleis gregas criando a Liga do Peloponeso. Em 431 a.C., esses dois blocos entraram em conflito, numa disputa que envolveu praticamente todas as cidades gregas e ficou conhecida como Guerra do Peloponeso.

Os espartanos derrotaram Atenas somente em 404 a.C., retomando a hegemonia sobre a Grécia. A liderança espartana, porém, não durou muito. Enfraquecidos pela guerra, foram dominados pela cidade de Tebas.

A partir de então, iniciaram-se intensas lutas entre as diversas cidades gregas, o que permitiu que elas fossem facilmente dominadas por outros povos. Primeiramente pelos persas, que retomaram o domínio sobre as poleis gregas da Ásia Menor.

Em 338 a.C., foi a vez dos macedônios, comandados pelo rei Felipe II. Eles conquistaram toda a Grécia continental e entraram em guerra contra os persas para expulsá-los da Ásia Menor. Os

persas foram derrotados, mas Felipe II morreu em combate, deixando o trono para seu filho Alexandre.

O Império Alexandre

Alexandre preservou o império fundado por seu pai e ampliou seus domínios, conquistando o Oriente. Após onze anos de batalhas, dominou a Síria, a Palestina, o Egito, a Mesopotâmia, a Pérsia e a Índia. A vastidão de seu império o levou a se tornar conhecido como Alexandre, o Grande.

Além de profundo conhecedor da cultura grega, Alexandre também se destacou desde cedo por sua capacidade de liderança. Os antigos escritores narram que, aos 12 anos, levado por seu pai a uma feira de animais, Alexandre conseguiu domar um cavalo tido por todos como bravo e arisco. Como fez isso? Percebeu que o cavalo tinha medo da própria sombra. Então, ele virou o animal em direção ao Sol e saiu a cavalgar.

A Cultura Helenística

Alexandre morreu em 323 a.C., aos 32 anos de idade, vítima provavelmente de malária. Sua grande obra cultural, porém, já tinha sido realizada. Por onde passou, Alexandre submeteu os povos locais e fundou novas cidades, mais de trinta delas batizadas de Alexandria. O objetivo do imperador macedônico era transformar as cidades em grandes centros de difusão cultural.

Muitos soldados gregos e macedônios se fixaram nas regiões conquistadas. Ali difundiram o grego, que se tornou a língua oficial do império, embora as populações locais continuassem a falar seus idiomas. Também construíram templos, ágoras e ginásios bem parecidos com os das cidades gregas.

A síntese da cultura grega com a dos povos do Oriente conquistados por Alexandre deu origem à cultura helenística (do grego hellenistês, que fala ou vive como os helenos). O centro dessa cultura era a cidade de Alexandria, no Egito. Ali foi construída a maior biblioteca da Antiguidade, um museu e o famoso Farol de Alexandria, que, de tão grande, podia ser avistado pelos navegantes a mais de 50 quilômetros de distância.

Outro destaque da Grécia do período helenístico foram as esculturas, como a reproduzida abaixo. Podemos perceber que a obra é bem mais realista que as esculturas gregas de épocas anteriores. Isso porque a intenção dos artistas desse novo período não era apenas representar o ser humano, mas também suas emoções, suas dores e suas angústias.

Capítulo 7

As Origens e a Expansão de Roma

Você sabia que Roma, capital da Itália, é conhecida como a “cidade eterna”? O que explicaria esse nome? Se você já visitou Roma ou viu imagens panorâmicas da cidade, deve se lembrar do conjunto arquitetônico em ruínas, com seus arcos de triunfo, colunas imponentes de pedra e inscrições em latim, marcas de um passado de imensa riqueza e poder.

Mas ruínas de antigas construções não são o único registro que restou do passado romano. A própria língua usada nos textos deste livro tem suas raízes em Roma. O português, entre outras línguas, originou-se do contato entre o latim vulgar falado pelos romanos e línguas de povos vizinhos. O fato de o latim ter originado várias línguas modernas nos dá uma ideia da importância da civilização romana para a sociedade atual.

Desde que foi fundada, há mais de 2.500 anos, a cidade de Roma passou por muitas transformações. De um pequeno povoado à capital de um vasto império; de principal centro de perseguição aos cristãos à sede da primeira igreja cristã criada no mundo; de uma cidade-Estado à capital do Estado italiano moderno.

A história antiga de Roma, que você vai estudar nesta unidade, é geralmente dividida em três períodos. Eles foram estabelecidos com base no regime político adotado em cada momento.

- ✓ **Monarquia** – começa com a fundação de Roma, em 753 a.C., e termina em 509 a.C., quando o último rei de Roma foi tirado do poder.
- ✓ **República** – inicia-se em 509 a.C. e termina em 27 a.C., quando Otávio Augusto recebeu do Senado o título de imperador de Roma.
- ✓ **Império** – estende-se de 27 a.C. a 476 d.C., quando Roma foi tomada por guerreiros germânicos e o imperador romano do Ocidente foi deposto.



Ruínas do Fórum Romano, Roma, Itália. Foto de 2008. Reunindo construções de diferentes períodos da história romana antiga, o Fórum era o centro comercial, político e religioso da cidade.

Os Primeiros Povos

Segundo as pesquisas arqueológicas, o povoamento da Península Itálica, onde está situada a cidade de Roma, teria sido feito por diferentes ondas migratórias. A principal leva foi a dos povos itálicos, que começaram a entrar na península por volta de 2200 a.C. Entre eles se destacavam os latinos, que se fixaram no centro da Península Itálica, e os samnitas, que se estabeleceram no sul.

Outro povo que se fixou na península foram os etruscos. De origem incerta, eles se estabeleceram ao norte do Rio Tibre, onde desenvolveram o comércio marítimo, a pirataria, a agricultura, a criação de rebanhos e o artesanato.

Por volta do século VII a.C., os etruscos já formavam uma confederação de cidades-Estado e, como comerciantes, piratas e navegadores, estabeleceram intensos contatos comerciais com os fenícios e os gregos.

Os gregos, por sua vez, também chegaram a fundar importantes colônias no sul da Península Itálica e na Sicília, onde também viviam cartagineses e diferentes povos itálicos (veja o mapa acima).

Eles só não conseguiram avançar para o norte porque foram barrados por cartagineses e etruscos.

Geografia Privilegiada

A cidade de Roma nasceu às margens do Rio Tibre, no centro da Península Itálica.

Além do acesso rápido tanto às águas do Rio Tibre quanto às do Mar Tirreno, os moradores também se beneficiavam, ao norte, da proximidade dos Alpes, cordilheiras que formavam uma espécie de barreira natural contra a entrada de invasores.

Segundo a tradição, Roma teria sido fundada em 753 a.C. Vestígios encontrados no Monte Palatino indicam que, de fato, por volta do século VIII a.C., formou-se uma comunidade naquela área.

Ela era composta de várias aldeias latinas unidas provavelmente para se defenderem dos sabinos, outro povo itálico que também vivia na região.

A Monarquia

As evidências arqueológicas sobre o início da história romana são raras, por isso o conhecimento que se tem desse remoto período muitas vezes se confunde com as lendas.

Apesar disso, não há dúvidas de que a monarquia foi a primeira forma de governo dos romanos.

Desde a sua fundação, Roma foi governada por reis, que eram escolhidos pelo Senado, um conselho formado pelos chefes das famílias aristocráticas romanas.

Os reis podiam declarar guerras, administrar a justiça e presidir rituais religiosos. Apesar disso, eles deviam ouvir a opinião do Senado em todas as questões relativas à cidade e dependiam das assembleias para garantir seu poder.

Durante a monarquia, Roma cresceu rapidamente.

Esse crescimento se acelerou no século VII a.C., quando os etruscos se espalharam pela Planície do Lácio e expandiram a atividade comercial na região. Com isso, Roma urbanizou-se e tornou-se o centro do domínio etrusco no Lácio.

Estrutura Social na Roma Antiga

A sociedade romana do período monárquico estava dividida basicamente nas seguintes camadas:

✓ **Patrícios** – de patres, que significa pais, chefes de família, eles formavam a aristocracia de Roma.

Os patrícios pertenciam a famílias que se consideravam descendentes dos fundadores de Roma. Eram muito ricos e possuíam gado e terras.

✓ **Plebeus** – de plebs, que significa multidão, formavam o grupo de pessoas que não pertenciam às famílias patrícias.

Eles trabalhavam no comércio, no artesanato, na agricultura e na criação de rebanhos e eram obrigados a servir no exército. Até o início da república, os plebeus não podiam participar da vida política, mesmo quando enriqueciam.

✓ **Clientes** – podiam ser tanto plebeus quanto patrícios. Os membros desse grupo pertenciam a famílias que juravam fidelidade ao chefe de outra família, o chamado patrono, que em geral era um patrício. Para o patrício, quanto maior o número de clientes sob sua proteção, maior era o seu prestígio social e político.

Os plebeus não devem ser confundidos com os escravos, pois estes não eram livres. Pelo contrário, pertenciam a um dono. No período monárquico, os escravos ainda eram pouco numerosos.

Uma República para poucos

No final do século VI a.C., o domínio etrusco chegou ao fim. O mais provável é que os reis etruscos tenham perdido o apoio da aristocracia romana e se enfraquecido com a oposição dos plebeus. Com o fim da monarquia, em 509 a.C., o governo de Roma passou a ser uma res publica, que em latim significa “coisa pública”. Porém, essa “coisa pública” tinha um sentido diferente daquele que usamos atualmente.

Na nossa sociedade, um bem público é aquele que pertence a uma coletividade. Um parque público, por exemplo, pode ser utilizado por todas

as pessoas, enquanto um bem privado, ao contrário, pertence a um indivíduo (ou mais). Na república romana, por sua vez, “coisa pública” significava que o Estado deixava de pertencer ao rei para ser administrado pelos cidadãos, que no início eram apenas os patrícios.

Nova Ordem Política

No período republicano, os antigos reis foram substituídos por dois cônsules. Eles eram escolhidos pelos patrícios no Senado e auxiliados por magistrados e pelas assembleias, que estavam divididas em:

- ✓ **Assembleia por Cúrias** – os cidadãos eram divididos pelo local de origem ou de residência.
- ✓ **Assembleia por Centúrias** – divisão dos cidadãos de acordo com a riqueza e a participação no exército.
- ✓ **Assembleia da Plebe** – formada apenas por plebeus. Podiam eleger os magistrados, mas não podiam exercer cargos políticos, direito que era exclusivo dos patrícios.

O Descontentamento da Plebe

Os constantes abusos de poder por parte dos patrícios levaram a população plebeia a exigir uma efetiva participação política em Roma.

Além de não participarem do Senado, os plebeus também tinham pouco peso nas assembleias centurias. Como o voto nessas assembleias era censitário, quanto mais rico fosse o cidadão, mais valia o seu voto. Assim, os patrícios e os clientes votavam primeiro e, quando se atingia a maioria, a votação se encerrava, mesmo que muitos não tivessem votado.

Além disso, muitos plebeus, em geral pequenos proprietários rurais, eram convocados para a guerra em plena época de plantio e colheita. Ao voltar da guerra, viam-se obrigados a contrair empréstimos, usando sua propriedade como garantia. Conforme a lei, os plebeus que não conseguissem pagar suas dívidas e resgatar sua hipoteca perdiam suas propriedades e sua liberdade, tornando-se escravos.

Já os plebeus mais ricos estavam descontentes por não terem acesso às magistraturas e por serem proibidos de se casar com patrícios. Era possível observar a desigualdade entre patrícios e plebeus até na guerra. Após uma vitória romana, ocorria a divisão dos bens retirados dos inimigos, que incluíam escravos e terras. A divisão do espólio era feita de acordo com a posse de armas. Como os patrícios detinham os melhores armamentos, ficavam com a maior parte do espólio.

A Voz dos Plebeus

O descontentamento da plebe transformou-se em rebeliões e resultou em mudanças na organização política de Roma e na conquista de direitos políticos por parte dos plebeus.

Em 450 a.C., por exemplo, foram publicadas as Leis das Doze Tábuas, fixando, por escrito, vários direitos reivindicados pelos plebeus. Esse primeiro código de leis em Roma regulava os direitos de família e de propriedade, além de crimes, como homicídio e roubos.

As primeiras leis escritas de Roma, porém, reafirmaram a submissão das mulheres e dos escravos e a proibição do casamento entre patrícios e plebeus. Somente após muitos anos de lutas, as principais reivindicações dos plebeus, como o acesso às magistraturas, foram atendidas.

Roma – a conquista da Península Itálica

Os intensos conflitos internos que ameaçavam a república romana não impediram que o Estado levasse adiante um projeto de expansão territorial por toda a Península Itálica.

Os romanos conseguiram dominar, de maneira agressiva ou por meio de acordos políticos, os diferentes povos que habitavam a península. No século I a.C. após a conquista de toda a Gália, a Península Itálica (veja o mapa) e as terras da França atual tornaram-se domínio romano.

Para você ter ideia do que significou para Roma a conquista da Gália, leia este pequeno trecho do relato escrito pelo general e ditador Júlio César sobre sua mais importante vitória militar:

“Foi a chegada de César por todos os municípios e colônias acolhida com honras e afeições incríveis. Chegava ele então pela primeira vez depois de concluída aquela guerra da Gália inteira. Nada se omitia do que podia excogitar-se [imaginar-se] para ornamento das portas, dos caminhos, de todos os lugares, por onde tinha de passar. Saía-lhe ao encontro toda a multidão com os filhos [...], levantavam-se mesas nas praças e nos templos, de modo que podia ser por ele de antemão fruída a alegria do mais almejado triunfo.”

As guerras travadas com os povos vizinhos garantiram aos romanos terras para a agricultura, o controle de rotas comerciais, soldados para o exército e novas fontes de renda, pois os territórios conquistados nas guerras eram obrigados a pagar tributos.

Na medida em que os plebeus enriquecidos ou membros das elites conquistadas pelos romanos conseguiam participar do Senado e chegar ao consulado, eles eram admitidos na nobilitas, o conjunto de famílias nobres (patrícias e plebeias) que dominava a política romana. Surgia, assim, uma

nova aristocracia romana, reunindo as antigas famílias patrícias e os novos ricos, nascidos em Roma ou vindos de outras regiões da Itália.

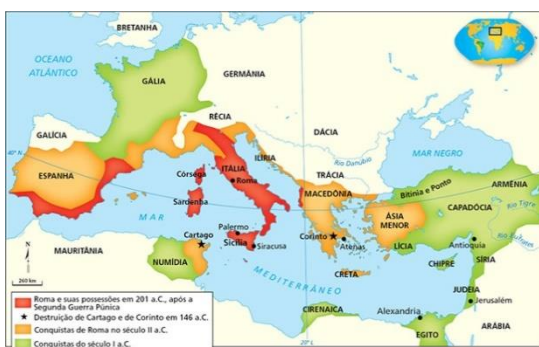
A Conquista do Mediterrâneo

No século III a.C., Roma era o centro de uma poderosa confederação de povos e cidades itálicas e gregas. Mas o contínuo avanço dos romanos em direção ao sul da Península Itálica logo esbarraria em um adversário muito poderoso, a cidade de Cartago, uma potência comercial marítima situada no norte da África.

Você lembra, quando estudou a unidade 6, que os fenícios fundaram várias colônias na costa do Mediterrâneo? Pois bem, uma delas era Cartago, que se enriqueceu, como seus fundadores, com o comércio marítimo. Essa grande potência do mar tinha colônias nas ilhas de Sardenha, Sicília e Córsega, na Espanha e na costa africana do Mediterrâneo. A disputa pelas rotas comerciais no Mediterrâneo levou Roma e Cartago à guerra.

As longas batalhas pelo domínio de Cartago e de suas colônias foram chamadas de Guerras Púnicas (os cartagineses eram chamados de puni pelos romanos). Iniciadas em 264 a.C. e finalizadas apenas em 146 a.C., as batalhas foram vencidas pelos romanos, que conquistaram Cartago e a transformaram em província de Roma.

No mesmo período das guerras contra Cartago, os exércitos romanos avançaram em direção ao Mediterrâneo Oriental e dominaram o Egito, a Síria, a Macedônia, a Grécia, a Ásia Menor e a Judeia. No século I a.C., vitoriosa em todos esses embates, Roma já controlava a maior parte das terras que circundavam o Mar Mediterrâneo (veja o mapa abaixo).



Mudanças geradas pela Expansão Romana

A Expansão Territorial transformou a cidade de Roma profundamente. Os espólios de guerra e os tributos pagos pelos povos vencidos enriqueceram a cidade, que recebia cada vez mais pessoas e produtos de todos os municípios e províncias.

Além disso, novas construções foram erguidas em Roma, como aquedutos, pontes, templos e banhos públicos.

A alimentação romana também se transformou com as conquistas territoriais. O cardápio, antes formado por refeições simples e leves, à base de vegetais, queijo de cabra, azeite e pão, cresceu em diversidade e sofisticação.

Salsichas, salames e galinhas engordadas trazidos da Gália, defumados da Espanha e escargots da África conquistaram o paladar da elite romana. Alguns vegetais trazidos das novas terras também foram, aos poucos, aclimatados nas propriedades da Itália. Foi o caso da romã, da melancia e do melão, vindos de Cartago.

As conquistas possibilitaram ainda a formação de um novo grupo social: os cavaleiros. Esses plebeus afortunados enriqueceram com a cobrança de impostos, a atuação em cargos públicos e a exploração econômica das áreas conquistadas. Mas o grupo mais beneficiado foi o dos nobilitas, que conseguiu chegar ao Senado e à elite do exército.

A obtenção de terras e de escravos, capturados entre os povos conquistados, levou ao surgimento de grandes propriedades escravistas, que produziam principalmente vinho e azeite. Mas isso não significou o desaparecimento da pequena propriedade camponesa, que continuou produzindo cereais e outros alimentos de subsistência.

Os escravos podiam ser vendidos, alugados e até mesmo mortos pelos próprios donos. Os filhos de escravos também nasciam na condição de escravos. À medida que o número de prisioneiros de guerra aumentava em Roma, os escravos também começaram a fazer parte da vida urbana, realizando tarefas domésticas ou trabalhando em oficinas como artesãos.

A Crise da República

As conquistas territoriais possibilitaram o acúmulo de muitas riquezas em Roma, mas também resultaram no aumento do número de pobres nas cidades e nos campos.

Como a oferta de escravos era grande na Península Itálica e na Sicília, o número de plebeus desempregados cresceu. Nas cidades um ambiente caótico de criminalidade, fome e doenças revelava a outra face da prosperidade romana.

Somente os patrícios e alguns plebeus enriqueceram com a expansão. Os pequenos agricultores, por sua vez, ficaram cada vez mais pobres, pois, ao retornar das guerras de conquista, encontraram suas propriedades tomadas. Dessa forma, muitos camponeses se deslocaram para as cidades à procura de trabalho.

Diante dessa situação, Tibério Graco, eleito tribuno da plebe em 133 a.C., propôs várias mudanças. Uma delas estabelecia uma ampla reforma agrária que limitava o tamanho das

propriedades rurais e distribuía terras aos camponeses pobres que lutavam nas guerras. Apesar de aprovada pelo Senado, a proposta teve forte resistência das elites. Assim, em uma rebelião liderada pelos patrícios, Tibério acabou sendo assassinado.

Dez anos depois, as ideias de Tibério sobre a reforma agrária foram retomadas por seu irmão Caio Graco, eleito tribuno da plebe. Além de defender a distribuição de terras para a população pobre, Caio Graco propôs ainda estender a cidadania romana aos povos aliados da Península Itálica. A resistência às propostas de Caio Graco foi geral. Temendo ser assassinado por seus inimigos, ele determinou que um escravo o matasse.

Os Triunviratos e a Transição para o Império

Com as constantes guerras de conquista, o exército romano se fortaleceu politicamente e se profissionalizou. Até o século II a.C., pequenos proprietários rurais e trabalhadores das cidades eram convocados para combater nas guerras; ao regressar das batalhas, retomavam suas antigas ocupações.

Como a indisciplina e as deserções eram altas, as autoridades romanas decidiram profissionalizar o exército: os soldados passaram a se alistar de maneira voluntária e a receber um salário.

Os novos soldados eram mais ligados aos seus generais, pois deles recebiam terras, escravos e objetos saqueados. Nesse cenário, líderes militares começaram a ganhar prestígio e poder político. Na Gália, por exemplo, destacou-se o general Júlio César.

Com grande popularidade, ele soube manipular a situação para formar o Primeiro Triunvirato. Tratava-se de um acordo pelo qual César e outros dois generais romanos (Pompeu e Crasso) comprometiam-se a se auxiliar mutuamente para monopolizar o poder em Roma e nos territórios conquistados.

Com a morte de Crasso, o Triunvirato chegou ao fim. A disputa pelo poder transformou-se então em verdadeira guerra civil, resultando na vitória de César sobre Pompeu. Com a vitória, Júlio César foi declarado ditador pelo Senado. No governo, ele atuou com grande habilidade: anistiou os inimigos, reformou a administração pública e atendeu a várias demandas sociais.

Apesar da popularidade, em 44 a.C., César foi morto em consequência de uma conspiração liderada por senadores que temiam ver nele a volta da monarquia. Após a morte de César, formou-se o Segundo Triunvirato, composto pelos generais Marco Antônio, Otávio e Lépido, todos seguidores de César. Depois de uma luta sangrenta entre

exércitos rivais, Otávio venceu Marco Antônio. O acontecimento marcou o fim da república e o início do Império Romano em 27 a.C.

Capítulo 8

A Roma Imperial e o Mundo Bizantino

O Governo de Augusto e Pax Romana

Quando foi proclamado Imperador, Otávio recebeu o título de Augusto, que significa “magnífico”. Em seu governo, que durou cerca de 40 anos, os territórios romanos foram reorganizados, as fronteiras fortalecidas e os povos rebelados pacificados. Otávio Augusto concentrou todos os poderes em suas mãos.

As instituições republicanas continuaram existindo, mas o imperador tinha o poder de vetar leis, nomear os magistrados e comandar o exército.

Augusto atribuiu um caráter sagrado à figura do imperador ao se autodenominar o Grande Pontífice. O culto aos imperadores aumentou tanto desde esse governo que os romanos passaram a construir dezenas de templos, estátuas, pinturas e bustos para homenagear os governantes.

Os imperadores, procurando associar a riqueza de Roma com a sua própria imagem, embelezavam a cidade encomendando a construção de praças, arcos do triunfo, aquedutos e centros de lazer (termas, circo e anfiteatros). O Fórum, o centro da vida pública romana, ganhou novos edifícios, e os mais antigos foram remodelados.

A habilidade administrativa de Augusto inaugurou o período conhecido como pax romana (paz romana), que se estendeu até o final do século II.

As guerras de conquista não foram interrompidas nesses anos, mas o principal objetivo dos imperadores foi a proteção das fronteiras e a repressão das revoltas populares. Uma complexa rede de estradas pavimentadas se expandiu para facilitar a circulação de correspondências, produtos e soldados.

A Romanização Cultural

A cultura romana se estendeu por várias regiões. Devido à vastidão de seu império, os romanos deixaram marcas na arquitetura, na legislação, nas artes e nos costumes de diversos povos. A esse processo de apropriação de características do modo de vida romano chamamos de romanização cultural.

O latim vulgar, falado pelos colonos e soldados nas províncias, misturou-se aos dialetos das populações dominadas, o que deu origem às línguas neolatinas como o francês, o espanhol, o português e o italiano.

O complexo de leis romanas que regulamentavam os atos dos cidadãos e estrangeiros se aperfeiçoou ao longo da história de

Roma e ainda hoje é uma das bases da legislação de muitos países do Ocidente, entre eles o Brasil.

A arquitetura romana, inspirada nos modelos grego e etrusco, ficou famosa pela grandiosidade de seus templos, anfiteatros, aquedutos, pontes e estradas. Seu estilo expandiu-se pelos territórios conquistados e ainda hoje está presente em muitas construções do Ocidente.

Por outro lado, os romanos também absorveram elementos das culturas dos povos dominados. Por exemplo, a religião tradicional romana, de influência etrusca, baseava-se no culto aos antepassados e aos deuses da cidade e na crença nos auspícios, sinais que podiam ser interpretados para prever o futuro. Os romanos se apropriaram também de tradições gregas, passando a cultuar deuses da Grécia, mas com outros nomes. Incorporaram ainda divindades orientais, como os deuses egípcios Ísis e Osíris.



Ruína de anfiteatro romano construído na antiga cidade de Leptis Magna, na atual Líbia, no norte da África, em foto de 2011.

Mulheres e Crianças na Roma Antiga

As mulheres romanas eram educadas primeiro para serem esposas e mães.

As mulheres ricas tinham a responsabilidade de administrar a casa, os escravos e a criação dos filhos. Os maridos as poupavam dos serviços pesados.

As mulheres menos favorecidas podiam trabalhar ao lado de seus maridos ou, se fossem solteiras, podiam administrar seu próprio negócio. Como não tinham direitos políticos, as mulheres não podiam votar nem exercer cargos da administração pública.

A participação feminina era admitida em certas festas e atividades públicas. Algumas chegavam a adquirir propriedades rurais.

As senhoras casadas saíam pouco de casa e, quando apareciam em público, vestiam roupas que encobriam o corpo.

Para os romanos, os filhos eram sempre vistos como garantia importante para a continuidade da família. A educação das crianças variava conforme o grupo social e o sexo. Como não havia escolas públicas em Roma e as famílias mais pobres não tinham condições de pagar escola, geralmente os

filhos cresciam analfabetos ou com poucas noções de leitura e escrita. Só as crianças que não tinham que trabalhar para ajudar a família frequentavam a escola.

As meninas das camadas sociais mais altas recebiam lições de cálculo, escrita e leitura até a adolescência. Aos 12-13 anos, elas paravam de estudar e podiam casar. Elas aprendiam com outras mulheres da família a cozinhar, a fiar e a tear lã, além de ajudar suas mães a cuidar dos irmãos. Se a família fosse rica, eram os escravos que cuidavam dessas tarefas.

Os rapazes de família rica deviam prosseguir nos estudos. Com um professor de gramática ou de literatura, eles estudavam os grandes autores gregos e romanos, noções de agricultura, astronomia, religião, matemática, arquitetura, geografia, história e retórica.

Como nos dias de hoje, muitas crianças eram abandonadas na Roma antiga. Após o nascimento, o pai podia reconhecer a criança como filho ou filha. Caso não reconhecesse, abandonava em algum lugar na rua, onde os cães não pudessem alcançar. Quando o bebê era recolhido por alguém, tinha chance de sobreviver.

Cultura e Entretenimento

A produção literária foi outra importante expressão cultural da civilização romana. Inspirados nas técnicas e nos temas da literatura grega, os romanos produziram grandes obras escritas, como *Eneida*, de Virgílio, *Arte de amar*, de Ovídio, e *História de Roma*, de Tito Lívio.

No teatro, os romanos criaram os mimos, expressão cultural autenticamente latina. Eram espetáculos que mostravam ao público cenas baseadas nos costumes romanos da época, além de músicas e danças.

Em Roma, havia uma variedade de espetáculos de entretenimento. Destacavam-se as corridas de quadrigas, o circo e as lutas de gladiadores (geralmente escravos).

As lutas eram uma paixão coletiva. Os patrícios patrocinavam os eventos, em busca de popularidade e ostentação de sua riqueza.

Muitos plebeus e escravos preenchiam as plateias dos anfiteatros para torcer pelos lutadores.

O espetáculo se iniciava com o desfile dos gladiadores que entravam na arena saudando o imperador; em seguida, travava-se o combate.

A “luta boa” era a que se encerrava com a morte de um gladiador. Terminado o confronto, os escravos arrastavam os corpos com ganchos e trocavam a areia ensanguentada por areia limpa.

O maior local de espetáculos era o Anfiteatro Flaviano, mais conhecido como Coliseu. Construído em Roma entre 72 e 80 d.C., o edifício tinha inicialmente três andares e acomodava cerca de 50 mil pessoas.

As arquibancadas estavam divididas conforme a posição social do indivíduo: o primeiro andar era reservado ao imperador, aos senadores e cônsules; o segundo acomodava a aristocracia rural; restando para o povo as fileiras do alto. Havia ainda uma área exclusiva para mulheres localizada no topo.



Fachada das ruínas do Coliseu, também conhecido como Anfiteatro Flávio ou Flaviano, em Roma. Foto de 2010. Atualmente, o Coliseu é uma das construções históricas mais famosas da Itália, recebendo milhares de turistas todos os dias.

A Mensagem e a Condenação de Jesus

Segundo o Novo Testamento, Jesus de Nazaré transmitia seus ensinamentos em Samaria, Jerusalém e outras cidades da Judeia. Ele pregava a existência de um Deus único, o amor ao próximo, a compaixão e a humildade.

Jesus anunciava que todos os homens que seguissem seus ensinamentos alcançariam a vida eterna.

Em suas pregações, Jesus se colocava como o messias, o enviado de Deus.

Essa atitude desagradou autoridades judaicas e romanas. Os judeus acusavam Jesus de insultar a Deus, e os romanos temiam que ele incitasse seus seguidores contra o domínio romano.

Preso às vésperas da Páscoa judaica, Jesus foi julgado por Pôncio Pilatos, administrador romano da Judeia, e condenado a morrer na cruz, pena aplicada aos criminosos e rebeldes da época.

A Difusão do Cristianismo

A morte de Jesus não enfraqueceu o cristianismo. Seus ensinamentos continuaram sendo transmitidos pelos apóstolos, grupo de fiéis que o acompanhava em suas pregações.

Paulo de Tarso, por exemplo, não conheceu Jesus pessoalmente, mas é considerado um dos seus principais apóstolos e responsável pela divulgação do cristianismo por todo o Império Romano.

Note que o texto abaixo, escrito pelo apóstolo Paulo por volta dos anos 55-60 d.C. e direcionado às

igrejas da Galácia (atual Turquia), já expressava o universalismo da religião fundada por Jesus:

“Por meio da fé em Cristo Jesus, todos vocês são filhos de Deus. Porque vocês foram batizados para ficarem unidos com Cristo [...]. Desse modo não existe diferença entre judeus e não judeus, entre escravos e pessoas livres, entre homens e mulheres: todos vocês são um só por estarem unidos com Cristo Jesus.”

Epístola aos gálatas 3, 26-28. A Bíblia das descobertas: descubra e pratique a palavra de Deus. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. p. 1.534.

Os primeiros cristãos expandiram suas pregações para praticamente toda a região do Mar Mediterrâneo. Inicialmente, a nova crença conquistou muitos adeptos entre a população mais pobre e os escravos. Eles eram atraídos pela ideia da igualdade de todos os homens perante Deus e pela esperança de uma vida melhor após a morte, como pregava Jesus.

Ao longo do século I, a religião cristã se expandiu e passou a incomodar ainda mais as autoridades romanas. Como os cristãos se recusavam a servir o exército e a adorar o imperador e os deuses romanos, foram acusados pelas autoridades de trair o Estado e desrespeitar as tradições. Vários imperadores e governadores romanos passaram a perseguir os cristãos nas províncias do império.

Do Cristianismo perseguido ao Cristianismo triunfante

As perseguições aos cristãos, promovidas pelas autoridades romanas, se tornaram mais frequentes e organizadas em todo o império a partir do ano 250. Para realizar seus cultos em segurança, os primeiros cristãos se escondiam nas catacumbas, galerias subterrâneas onde pregavam, oravam e também enterravam seus mortos.

Os cristãos tomavam outras medidas para garantir a segurança do grupo. Por exemplo, para um indivíduo ingressar na comunidade cristã, devia ser apresentado por um adepto. Somente depois de várias provas de fé, o candidato era considerado membro do grupo.

As perseguições, ao contrário do que era esperado, fortaleceram o cristianismo. A rede associativa entre as populações perseguidas e marginalizadas se expandiu por todo o império e desenvolveu um sentido de pertencimento e uma comunhão de interesses entre os fiéis. Muitos romanos admiravam a coragem e a fé dos mártires, e as conversões se multiplicaram entre os segmentos sociais mais ricos.

No ano 313, o imperador Constantino se converteu, pelo menos formalmente, ao

cristianismo. Adotou um símbolo cristão para sua armada (o crisma) e concedeu, mediante o Edito de Milão, liberdade de culto a todas as crenças, incluindo a cristã. A evangelização do império se acelerou, e as comunidades cristãs se tornaram indispensáveis ao poder imperial. Em vez de representar uma ameaça de divisão, a religião fundada por Jesus se tornou um instrumento de unidade do império.

Quarenta anos após o Edito de Milão, os cultos pagãos e os sacrifícios oferecidos aos deuses da antiga religião romana foram proibidos e, em 380, o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano.



Basílica de São Pedro, na Cidade do Vaticano, durante as celebrações da Páscoa, em 2011. O Vaticano é uma cidade-Estado encravada em Roma, na Itália. A unidade política e religiosa que o cristianismo representava no Império Romano rompeu-se ao longo da história. A cidade de Roma, um dos principais centros de difusão do cristianismo, hoje tem seu nome ligado à Igreja Católica, uma entre as diversas igrejas cristãs.

A Crise no Império Romano

Você consegue imaginar como seria governar um império gigantesco formado por cerca de 50 províncias espalhadas em várias regiões do mundo? Se conseguiu imaginar, será mais fácil compreender por que, a partir do século III, após quase dois séculos de prosperidade, o Império Romano iniciou um processo de desestruturação que levou à sua queda.

A grande extensão das fronteiras do império criou obrigações para o governo que a cada ano ficava mais difícil administrar. Conservar estradas, pagar os funcionários administrativos, financiar o exército, garantir alimentos para a população e levantar muros de proteção para proteger as terras das constantes pressões dos povos bárbaros, exigia do Estado romano muito dinheiro.

Além disso, desde o século anterior as guerras de conquista vinham diminuindo, causando a redução da mão de obra escrava. A Península Itálica, principal região escravista do império, sofria com a falta de mão de obra e com a concorrência econômica exercida pelas províncias.

Aumento de Impostos e Inflação

No século III, a grande extensão do território se tornou um grande entrave para a estabilidade política e econômica do Império Romano. As fronteiras do império eram constantemente ameaçadas pelo avanço dos povos bárbaros. No Oriente, os exércitos romanos lutavam contra o Império Sassânida e, na Europa Central, contra os germanos.

A necessidade de financiar as guerras levou ao aumento dos tributos. Para escapar dos impostos, tanto as camadas pobres quanto as elites começaram a deixar as cidades e a se fixar nos campos mais distantes, onde era mais difícil a cobrança de impostos. Para conseguir mais dinheiro, os imperadores passaram a emitir mais moedas, o que gerou um grave processo inflacionário.

Revoltas Camponesas

A fixação de muitos moradores do império nos campos foi marcada pela concentração de terras nas mãos das elites, em prejuízo dos camponeses pobres.

O aumento dos impostos piorou a situação dos camponeses, que reagiram rebelando-se.

O governo, por sua vez, contratou mais soldados para reprimir as rebeliões camponesas. Mas essa medida aumentou os gastos do governo, que elevou novamente os impostos.

Como resultado, a inflação se agravou, reduzindo ainda mais a atividade econômica no império.

Crise de difícil solução

A crise, no século III, também se manifestou na relação entre o exército e o governo. Vários imperadores foram assassinados por suas tropas, que deixaram de servir a Roma para servir aos oficiais. Para se ter uma ideia da crise política, entre 235 e 285, Roma teve 26 imperadores e apenas um morreu de morte natural.

Se a vastidão do império era um grande problema para Roma, a proposta de dividi-lo parecia ser a solução. Essa foi a decisão tomada pelo imperador Diocleciano (284-305), que dividiu o Império Romano em quatro regiões e nomeou imperadores para cada uma delas.

A nova forma de governo, chamada tetrarquia, também não solucionou os problemas. Os tetrarcas passaram a disputar o poder entre si e o império caiu novamente em profunda crise interna. Nos governos seguintes, as disputas entre as províncias favoreceram a prática de corrupção política.

A Ruralização do Império

Enquanto as cidades romanas do Oriente prosperavam, a parte ocidental do império se ruralizava. A crise do comércio, da produção artesanal e a escassez de metais, agravadas pelas invasões bárbaras, provocaram o esvaziamento das cidades.

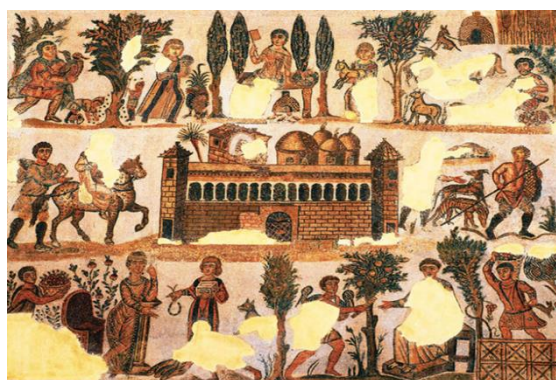
As camadas sociais mais baixas, sem trabalho e temendo os ataques dos bárbaros, mudavam-se para o campo em busca de abrigo, trabalho e proteção. Roma, por exemplo, que tinha mais de 1 milhão de habitantes no auge do império, contava apenas com 300 mil quando a crise se agravou.

Os ricos retiraram-se para suas propriedades rurais, onde poderiam viver do consumo dos produtos da terra e do artesanato. Com o tempo, comerciantes e artesãos também se refugiaram nos campos em busca de trabalho e proteção.

Muitos camponeses, sobrecarregados pelos impostos, colocaram-se sob a proteção de grandes proprietários rurais, em troca da prestação de trabalho. Esses camponeses passaram a trabalhar na condição de colonos.

Os colonos cultivavam uma parcela da terra do proprietário e entregavam a ele, como pagamento pelo uso da terra, uma parte da colheita. Eles podiam comprar bens, mas não tinham permissão para vendê-los, e o que compravam não lhes pertencia juridicamente, mas sim ao proprietário da terra. Dessa maneira, os colonos não tinham chance de fazer fortuna.

No final do século IV, procurando aumentar a arrecadação de impostos, o governo imperial instituiu o colonato, sistema de trabalho que prendia o colono, sua família e seus descendentes à terra e proibia os proprietários e os colonos de vendê-las.



Mosaico do século IV representando uma propriedade romana no norte da África. Museu Nacional do Bardo, Túnis.

A Queda de Roma

No início do século IV, as províncias ocidentais do Império Romano já não podiam deter o avanço dos bárbaros. Muitos deles cruzavam as fronteiras com a permissão dos imperadores e ingressavam

no próprio exército romano. Outros, ainda, trabalhavam como agricultores e criadores de animais nas terras imperiais.

Em um último esforço para salvar Roma e assegurar a unidade do império, em 395, o imperador Teodósio o dividiu em duas partes: Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla (antiga Bizâncio), e Império Romano do Ocidente, com capital em Ravena, mais tarde transferida para Milão.

A divisão, porém, não conseguiu reorganizar a economia do império nem repelir as invasões germânicas. No século V, os francos dominaram Lutécia (atual cidade de Paris), os visigodos saquearam Roma e os vândalos dominaram Cartago, no norte da África. Em 476, os hérulos depuseram Rômulo Augústulo, o último imperador romano do Ocidente.

Alguns historiadores consideram que esse fato marcou a queda de Roma e deu início, na Europa Ocidental, ao que chamamos de Idade Média. Na divisão tradicional da história, o período medieval durou do século V até meados do século XV.

O Império Romano do Oriente – Constantinopla

No centro da imagem ao lado, você tem uma visão panorâmica de Istambul, a maior cidade da Turquia e um dos principais centros turísticos do mundo. Fundada pelos antigos gregos, com o nome de Bizâncio, a cidade foi mais tarde rebatizada de Constantinopla, a cidade de Constantino.

Quando o Império Ocidental caiu, em 476, Constantinopla tornou-se a “nova Roma”. Mais do que a capital do Império Romano do Oriente, a cidade representava a continuidade da cultura romana cristã.

Durante quase mil anos, a cidade de Constantinopla foi ponto de encontro de vários povos e um movimentado centro comercial. Por estar situada no cruzamento de importantes rotas comerciais, circulavam pela cidade produtos de grande valor, como trigo, ouro, mel, marfim, porcelana, pimenta e canela.

No seu auge, por volta do ano 1000, chegou a ter quase 1 milhão de habitantes e era a mais rica e populosa cidade da Europa.

Protegida por um cinturão duplo de muralhas, seu centro tinha grandes e majestosos edifícios públicos, como o palácio imperial, o Hipódromo, o Senado e a Basílica de Santa Sofia.

Constantinopla exercia forte atração religiosa e espiritual. Segundo a crença da época, diversas relíquias cristãs, como o Sangue Sagrado, os cravos que pregaram Cristo na cruz e as sandálias de Cristo, estavam na cidade.

Constantinopla, a capital do Império Bizantino, foi o centro de onde o cristianismo se expandiu pela Europa Oriental e chegou à Rússia.



Vista da cidade de Istambul, na Turquia, dividida pelo Estreito de Bósforo. Foto de 2010.

O Reinado de Justiniano

No Império Bizantino, o imperador comandava o Estado, o exército e a Igreja.

Considerado representante de Deus na Terra, o imperador era geralmente representado como santo.

Um dos imperadores de maior destaque do Império Bizantino foi Justiniano, que governou no século VI.

Ao lado de sua influente esposa Teodora, recuperou terras ocupadas pelos bárbaros, conduziu a construção de estradas, de igrejas e fortaleceu o comércio pelo Mediterrâneo.

O maior símbolo da riqueza desse reinado foi a construção da majestosa Basílica de Santa Sofia, em Constantinopla.

Uma das principais obras do governo de Justiniano foi a criação do Código de Justiniano, produzido a partir da compilação das leis do Direito Romano.

O código atualizou as leis romanas, mas substituiu o latim, a língua do direito romano, pelo grego.

A Sociedade Bizantina

A sociedade bizantina era composta de grandes proprietários, altos funcionários do governo, comerciantes, artesãos e um pequeno grupo de escravos.

Nas grandes propriedades do interior, os camponeses cuidavam das plantações e dos animais, devendo pagar tributos ao Estado na forma de produtos.

Por volta do século IX, Constantinopla oferecia diversas opções de lazer para seus moradores. Nos teatros, ocorriam apresentações de dança, de circo e de música.

As corridas de cavalo, realizadas no Hipódromo, eram um dos divertimentos mais populares da cidade.

Em geral, os aristocratas e as camadas médias da cidade, incluindo as mulheres, sabiam ler. As mulheres, porém, se dedicavam principalmente à tecelagem e ao preparo de cosméticos.

Algumas imperatrizes, porém, tiveram papel político de destaque, como Teodora (525-565) e Irene (792-802), que se autodenominava basileissa nos documentos oficiais.

A primeira ruptura da Cristandade

Os bizantinos, inicialmente, mantinham as mesmas práticas dos cristãos do Ocidente.

No entanto, mesmo submetida à autoridade do papa, a Igreja bizantina, de fato, era controlada pelo imperador. Era ele quem nomeava o patriarca, o chefe da Igreja de Constantinopla.

Ao longo do tempo, surgiram diferenças entre as práticas religiosas do cristianismo ocidental e as do cristianismo oriental.

As missas bizantinas passaram a ser celebradas em grego e não em latim, os padres começaram a usar barbas e foram autorizados a se casarem.

O distanciamento entre as duas igrejas se aprofundou e levou à ruptura definitiva, em 1054, fato que ficou conhecido como Cisma do Oriente.

Separada e independente do papado romano, a Igreja bizantina passou a se chamar Igreja Ortodoxa.

A Questão Iconoclasta

Na vida religiosa bizantina, os monges tinham grande influência sobre a população. Vivendo em mosteiros isolados, eles se dedicavam à oração e à fabricação de ícones, geralmente imagens religiosas pintadas sobre madeira ou placas de metal.

A venda dessas imagens representava uma grande fonte de renda e de poder para os mosteiros e para a Igreja bizantina.

A adoração dos ícones dividiu a sociedade bizantina entre os que defendiam as imagens e os que as condenavam.

No século VIII, o imperador proibiu o culto aos ícones, por considerá-lo prática de idolatria. A decisão provocou várias revoltas populares, lideradas pelos monges.

O governo reagiu perseguindo os monges e ordenando a destruição dos mosteiros.

O conflito ficou conhecido como Questão Iconoclasta e se estendeu até o século IX, quando o culto às imagens foi liberado, com exceção das esculturas.